

GESTÃO DA INFORMAÇÃO

INFORMAÇÃO E SOCIEDADE

SIN 162

Marcos Antônio Tedeschi



GESTÃO DA INFORMAÇÃO

**INFORMAÇÃO E
SOCIEDADE**

SIN 162

Marcos Antônio Tedeschi

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

José Henrique Paim

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Reitor

Zaki Akel Sobrinho

Vice-Reitor

Rogério Andrade Mulinari

Pró-Reitora de Graduação - PROGRAD

Maria Amélia Sabbag Zainko

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG

Edilson Sergio Silveira

Pró-Reitora de Extensão e Cultura - PROEC

Deise Lima Picanço

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas - PROGEPE

Adriano do Rosário Ribeiro

Pró-Reitor de Administração - PRA

Álvaro Pereira de Souza

**Pró-Reitora de Planejamento, Orçamento e
Finanças - PROPLAN**

Lucia Regina Assumpção Montanhini

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis - PRAE

Rita de Cássia Lopes

**CIPEAD - Coordenação de Integração de Políticas
de Educação a Distância**

Coordenadora

Marineli Joaquim Meier

Produção de Material Didático

CIPEAD

SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CAPA: <http://www.sxc.hu>



APRESENTAÇÃO

Este material de apoio é parte integrante da disciplina de SIN162- **Informação e Sociedade** ofertada pelo curso de Gestão da Informação de forma obrigatória e optativa aos demais cursos da Universidade Federal do Paraná pelos professores do Departamento de Ciência e Gestão da Informação (DECIGI).

Tal material foi criado para fornecer a você uma aprendizagem autônoma com base na experiência do professor em avaliação de curso em Educação a Distância, por conteúdos selecionados de livros e materiais didáticos especialmente com relação a temas transversais relacionados a todas as áreas de formação.

A linguagem adotada é a didática e dialógica para garantir um relacionamento mais próximo de você com objetivo de criar um ambiente facilitador na Educação a Distância, tornando o aprendizado mais efetivo, com diversas interações e um aprendizado contextualizado.

É bom lembrar que embora a modalidade seja de educação a distância, você conta com a plataforma moodle como elemento de interação, e-mail do professor e dos tutores, telefone e vídeo-fones, bem como a presença física do professor e tutores, de forma agendada, que estarão acompanhando e monitorando constantemente os discentes.

O Departamento de Ciência e Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná está feliz em poder ter você como estudante em EaD, no curso de Gestão da Informação.

Bem-vindo e ótimos estudos!

PALAVRA DO PROFESSOR

Os estudos na modalidade a distância vêm produzindo uma revolução na forma de pensar e agir na educação. Muitos acreditam e muitos outros desacreditam, mas um curso que prima por articular as novas Tecnologias de Informação a seus profissionais não poderá deixar de aderir a elas e a incentivar seu uso na educação.

Assim, nasce a primeira disciplina totalmente à distância dentro do curso de Gestão da Informação que pretende possibilitar a discussão e o aprendizado sobre o imbricamento temático de Informação e Sociedade, elementos interdependentes e interatuantes.

Ao trabalhar o conceito de Informação, temos esta como dados que reduzem incertezas ou possuem significado e estes dados são registros sobre atos, fatos ou acontecimentos fornecidos ou cedidos de emissor para um receptor.

São as informações que, ao se ligarem a outras informações e dados, geraram o conhecimento humano, sendo este capaz de ser resolutivo aos problemas individuais e coletivos.

As origens das sociedades que formam as cidades são diversificadas e complexas bem como suas formas de interações e produções de conhecimento.

A intenção na elaboração deste texto didático foi de fornecer uma compreensão mais clara sem pretender esgotar o assunto. Neste sentido, este material servirá com elemento mestre ou fio condutor às suas curiosidades e propulsor para suas pesquisas sobre a temática proposta. Portanto, leituras complementares e demais estudos são vistos como interessantes contribuições e necessárias a sua formação acadêmica.

Convido, então, você e toda sua turma a iniciar a leitura pelo Plano de Ensino e seus módulos, procurando estabelecer relações do conteúdo desta disciplina com suas experiências sociais para compreender as nuances das diferenças e semelhanças das sociedades humanas e suas informações.

Boa leitura!

Professor Marcos Antonio Tedeschi, Dr.

PLANO DE ENSINO

Os procedimentos didáticos da disciplina estarão colocados na trilogia: material didático (MD), sistema de comunicação e interação (AVA) e sistema tutorial (tutor), tendo a missão principal de facilitar o acesso à educação, como fomentadora de novos comportamentos desejados estabelecidos nos objetivos da disciplina, nos quais estão expostos os temas dos conteúdos curriculares teóricos e discussão com os acadêmicos, com mediação do professor, sobre leitura de textos selecionados, exercícios e atividades em grupo e individuais, estudos de casos, seminários ou fóruns para apresentação em sala virtual, e provas de avaliação.

EMENTA

Informação e suas relações de cidadania: culturais, étnicas, raciais, políticas e ambientais da sociedade. As questões do multiculturalismo, direitos humanos e a sustentabilidade para os profissionais da informação.

OBJETIVOS

Geral:

Oferecer uma visão do desenvolvimento das informações sobre a sociedade com enfoque das ciências antropológicas, sociais, política e legais.

Específicos:

- Identificar os principais conceitos de Cultura e Memória com ênfase no multiculturalismo no atendimento as relações étnico-raciais.
- Apresentar o pensamento sociológico de Durkheim, Marx e Weber na construção dos pensamentos políticos.
- Descrever a formação da política do Estado Moderno e a política nacional a partir do Império e até a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Discernir sobre temas de Informação e Sociedade no cotidiano e nas relações ambientais, com ênfase nas políticas de educação ambiental.

CARGA HORÁRIA

30 horas, divididas em oito unidades e quinze seções com média de duas horas por seção.

UNIDADES DIDÁTICAS

UNIDADE 1 – O CONCEITO DE CULTURA E OS ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS

Seção 1 Cultura: etnocentrismo e relativismo cultural.

Seção 2 Diversidade Cultural e Multiculturalismo.

UNIDADE 2 – MEMÓRIA, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÕES

Seção 1 Imaginários e representações.

Seção 2 Memória e identidade.

UNIDADE 3 – DURKHEIM E A SOCIALIZAÇÃO

Seção 1 O pensamento de Durkheim: status, papel social e controle social.

Seção 2 Socialização: contatos sociais, isolamento e interação social.

UNIDADE 4 – PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE MARX

Seção 1 A realidade social de Marx: materialismo histórico e dialético.

Seção 2 Economia e sociedade: modos de produção, trabalho e vida econômica.

UNIDADE 5 – WEBER E A SOCIALIZAÇÃO

Seção 1 O pensamento de Weber: estratificação, mobilidade e mudança social.

Seção 2 Comunicação humana: linguagem e interacionismo simbólico.

UNIDADE 6 - ESTADO MODERNO E POLÍTICA NO ESTADO CONTEMPORÂNEO

Seção 1 Hobbes e Locke: a origem do Estado e sua organização.

Seção 2 Montesquieu e Rousseau: a formação da sociedade civil.

UNIDADE 7 – O CONSTITUCIONALISMO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Seção 1 O constitucionalismo, o Estado de Direito e os direitos fundamentais.

Seção 2 Os Direitos e garantias fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil.

UNIDADE 8 – TEMAS DE INFORMAÇÃO E SOCIEDADE NAS RELAÇÕES AMBIENTAIS

Seção 1 Globalização e as megatendências.

Seção 2 A crise ecológica.

UNIDADE 1

O CONCEITO DE CULTURA E OS ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS



Nesta primeira unidade de estudo apresentamos diversas informações sobre cultura, advindas principalmente da Antropologia, para compreender como o ser humano é formado e forma a sociedade.

Seção 1

Cultura: Etnocentrismo e relativismo cultural

Ao final desta seção você deverá compreender o que é cultura, seus conceitos e evolução, e também o que é Etnocentrismo em relação ao relativismo cultural.

O termo cultura está ligado de imediato a relação com alguma sociedade ou grupo de pessoas, ou sobre algum indivíduo originário destes agrupamentos. Existem inúmeros significados para a palavra cultura, mas sua origem primária é relativa a subsistência humana quando trabalhava com a terra, pela agricultura, e iniciava uma forma de padrão repetitivo anualmente de forma dedicada e por que não dizer respeitosa, com um padrão de comportamento para iniciar a cultura de arroz, trigo, milho entre outras.

Com esta base surgiu o sentido de cultura para a espécie humana quando um determinado grupo social detém um conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos e costumes.

A palavra cultura está ligada diretamente à ideia de educação escolarizada para alguns grupos sociais, e para outros a manifestações

artísticas, como teatro, música e danças, escultura, pintura, gastronomia, lendas, crenças, festas tradicionais, modos de vestir, entre outras características.

Assim pergunta-se:

Você sabe o que é Cultura?

Em sentido Etimológico temos em HOUAISS (2001), a ação de cuidar, tratar ou venerar no sentido físico e/ou moral.

Venerar:
acatar, adorar,
amar, cultuar,
honrar, idolatrar,
prezar, reverenciar,
temer.

Desde a antiguidade ocorre tentativa de estabelecer um roteiro racional do desenvolvimento da cultura dos outros (famílias, tribos, castas, nações e estados). John Locke em 1690, após seu trabalho *Ensaio acerca do entendimento humano*, procurou formular uma ideia acerca de cultura, e no final do século XX já estavam formuladas mais de 160 definições para Cultura, longe, ainda, de haver um consenso sobre o seu significado exato.

Assim, em sentido Antropológico, para um grupo a cultura é o comportamento aprendido; para um segundo grupo não é comportamento, mas abstração do comportamento, e para um terceiro grupo, a cultura consiste em ideias. Há os que consideram como cultura apenas os objetos imateriais, enquanto que outros, ao contrário, aquilo que se refere ao material. Mas também se encontram estudiosos que entendem por cultura tanto as coisas materiais como não materiais (MARCONI, 1992, p. 42).

O antropólogo norte-americano Clifford Geertz, em 1973, afirmava ainda ser tema central da Antropologia moderna o conceito de cultura, utilizando-se comumente daquilo que ele chamou de "concepção estatigráfica", ou seja, de que é preciso considerar no estudo das sociedades humanas as relações entre os fatores biológico, psicológico, social e cultural, na vida social.

O conceito de cultura varia no tempo, no espaço e em sua essência, e consiste em objeto de estudo dos antropólogos há muito tempo. As divergências são muitas, mas há o seu lado positivo: "permitem apreender a cultura como um todo" (MARCONI, 1992, p.43).

As teorias idealistas de Cultura apresentam-se divididas em três abordagens:

A Cultura relacionada a um sistema cognitivo, apoiada em métodos linguísticos com descrições dos hábitos, costumes e crenças vividas pelo grupo social, com análises típicas de etnógrafos.

A Cultura como um sistema simbólico criado pelo acúmulo ativo da mente humana desenvolvida por Claude Lévi-Strauss, que analisa as características biológicas como o parentesco em relação ao ambiente como mitos e crenças, a linguagem entre outros.

A Cultura como um sistema simbólico, que com base em Clifford Geertz, afirma ser um conjunto de regras, normas, instruções de controle para gerenciar o comportamento humano em sociedade.

É possível, ainda, agrupar os conceitos de cultura em cinco grupos básicos de autores, a saber:

1. Geertz propõe a cultura como um mecanismo de controle do comportamento.
2. Keesing e Foster a consideram como comportamento aprendido.
3. Leslie, Foster e outros acrescentam no conceito de cultura os elementos materiais e não materiais da cultura.
4. Para Kroeber e Kluckhohn, Beals e Hoijer, cultura consiste em abstrações do comportamento.
5. Tylor, Linton, Boas e Malinowski viam a cultura como "sinônimo" de ideias.

Em autores da área da gestão iremos encontrar Richard Beckhard, que introduz o conceito de cultura organizacional para explicar que a única maneira de mudar as organizações é mudando a "cultura", sendo a Cultura organizacional um modo de vida, um sistema de crenças e valores, uma forma aceita de interação e de relacionamento típicas de determinada organização (TEDESCHI, 1998).

Concluindo, Cultura não é um código que se escolhe simplesmente. É algo que está dentro e fora de cada um de nós, que em sentido antropológico, portanto, é um conjunto de regras que nos diz como o mundo pode e deve ser classificado e que, embora contenha um conjunto finito de regras, suas possibilidades de atualização, expressão e reação em situações concretas são infinitas (DA MATTA, 1984, p. 34).

Etnocentrismo e relativismo cultural

O termo Etnocentrismo pode parecer novo, mas é olhar o outro a partir de meus olhos, ou seja, Etno, do grego *éthnos*, significa origem ou condição comum, lugar de abrigo ou segurança, raça, povo, classe, nação, entre outros; e centrismo, relativo a centro ou origem. Assim o Etnocentrismo é analisar o que circunda ou tangencia a minha vida ou do meu grupo a partir de meus valores ou de novos.

MORTARI (2002) conceitua etnocentrismo comosendo:

(...) uma visão de mundo em que o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo, visão segundo a qual todos os outros grupos são pensados e sentidos através de nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que seja a existência. No plano intelectual, o etnocentrismo pode ser identificado na dificuldade de pensarmos a diferença; já no aspecto afetivo, é percebido nos sentimentos de estranheza, de medo e de hostilidade (MORTARI, 2002, p. 32).

O etnocentrismo é o julgamento da cultura do “outro”, em que a minha ou nossa cultura é tomada como única referência, que gera um preconceito do certo e errado, do justo e injusto sem conhecer o outro e gerando afirmações, identidades e imagens distorcidas e manipuladas da realidade social e cultural.

Desse modo, com contraponto do etnocentrismo temos o relativismo cultural, para que olhe o outro pelo outro, liberando o indivíduo de padrões e paradigmas. As culturas são diferentes umas das outras, assim o relativismo cultural pressupõem das análises e estudos são realizados sempre relativos à cultura na sua origem com impossibilidade de normas e valores absolutos.

Relativizar é não transformar a diferença em hierarquia entre superior e inferior ou bem e mal, também não significa tornar tudo relativo, porém observando o significado do ato não pela dimensão, mas pelo contexto. Dessa forma relativizar permite conhecer e entender de forma mais próxima os significados dos costumes de diferentes culturas e assim conviver melhor com aquilo que parecia “exótico” (MORTARI, 2002, p. 34).

Exótico
Que não é nativo;
estrangeiro; que é
esquisito, excêntrico,
extravagante

Seção 2

Diversidade Cultural e Multiculturalismo

A importância destes temas está que as sociedades são plurais e marcadas pelas diferenças culturais em diferentes graus, com circunstâncias que a realidade atual nos posiciona, em face de um mundo em transformação constante e global (globalização) e uma tecnologia de comunicação instantânea de longa distância (INTERNET).

O enfrentamento às mudanças de paradigmas passa pelo abandono do Etnocentrismo com sua agudização das contradições entre diferentes povos e culturas, ressurgindo e reafirmando a intolerância e o racismo, para um movimento de diversidade cultural e multiculturalismo.

Antropologia [Física](#), mais conservadora, já substituiu o conceito de Raça pelo de População, desde meados do século XIX até meados do Século XX, mas ainda encontramos diversos formulários com a pergunta: a qual raça você pertence? Já a Antropologia de cunho mais [social](#) e progressista, leva a exaustão a discussão sobre a diversidade humana, tendo neste item transitado pelos conceitos de Raça, Etnia e Cultura, confundindo-se com sua própria história da disciplina.

[Física](#)
Também conhecida
com Antropologia
Biológica

[Social](#)
Conhecida também como
Antropologia Cultural.

O ser humano por questões de sobrevivência tem em sua parte inconsciente, segundo a Teoria Psicanalista, o medo ou repulsa ao desconhecido. Assim, a humanidade, enquanto um conjunto de seres humanos, sempre teve reações de medo e repulsa pelas diferenças culturais que percebiam entre si e entre os vários povos com os quais tinham contato. Havia também reações de curiosidade e apreço aos aspectos culturais (vestimentas, língua, música, dança, gastronomia,

etc.) e físicos (cor da pele, estatura, cabelos, olhos, etc.) imediatamente perceptíveis da singularidade dos “outros”.

As pré-concepções são naturais do ser humano, mas não podem deixar a análise sobre o “outro” estagnada ou pior, com um teor sempre negativo, como nos exemplos históricos que um povo é inferior ou superior a outro, ou no caso dos europeus que durante décadas debatiam sobre a existência de alma nos índios das Américas, ou como na carta de Caminha ao Rei de Portugal que afirmava ser os índios como crianças alegres e inocentes que não notavam que estavam expondo suas “vergonhas”. Até Rousseau, cunhou a ideia do “bom selvagem”, com deleite das cortes europeias sobre o exotismo animal e humano do “Novo Mundo”.

O que é pretendido com a diversidade cultural que os seres humanos são construídos historicamente e culturalmente, e, portanto, diferentes. Assim, a cultura constitui a característica fundamental do ser humano, e ao discutir questões relativas a cultura tem a humanidade em toda a sua riqueza e multiplicidade de formas de existência, como um sistema fundamental e comum de atribuir, de forma sistemática, racional e estruturada, significados e sentidos “às coisas do mundo”.

Assim, a observar, registrar, separar, pensar, classificar, arquivar ou memorizar e recuperar, para atribuir uma ordem totalizadora ao mundo, é fundamental para se compreender o conceito de cultura como sistema simbólico e sua diversidade, sem realizar ou reafirmar formas estereotipadas e preconceituosas.

A cultura não é estática, ela está sempre em transformação, já que os homens estão em transformação através das relações entre eles de diferentes culturas e contextos. Respeitar, conviver e valorizar a diferença é preciso, e implica em aprendizado e como consequência uma melhor qualidade de vida.

Existe a afirmação que a cultura sobrevive sem sociedade, mas a sociedade não existe sem cultura. Quando a sociedade desaparece são mantidos seus significados socialmente produzidos (cultura) nos seres remanescentes, contudo uma sociedade só se concretiza com os significados produzidos.

Diversos exemplos se têm desta afirmação, como a Grécia que sucumbiu ao Império Romano, mas a cultura perdurou e influenciou os povos, inclusive os romanos. O caso dos [caucasianos](#), [ameríndios](#) e [afrodescendentes](#) no Brasil que desde o período colonial embora fora das sociedades originais continuassem com suas culturas, o que gerou por um produto coletivo que envolveu diversas maneiras de viver dentro da sociedade, com uma característica plural no sentido étnico e cultural.

[Caucasianos](#) o que antigamente chamava-se de branco; [Ameríndios](#) são os índios americanos, também chamados de amarelos e os [afrodescendentes](#) os antigos negros. Existem ainda os asiáticos que também eram chamados de amarelos.

O processo de modernização do Brasil desde o império até os dias atuais foi e é desigual, difundindo-se a ideia de uma cultura de elite, com base europeia e uma cultura popular, com base nas misturas étnicas. Com uma diversidade cultural intrínseca da sociedade brasileira que envolve modos diversos de viver, estes devem ser estudados e relativizados sem etnocentrismos, o que auxiliará a compreensão e respeito das diversas culturas.

Hoje os diversos grupos sociais étnicos que compõem a cultura brasileira reivindicam uma política de reconhecimento, tanto de suas diferenças e identidades, como de suas desvantagens e desigualdades sociais, decorrentes da discriminação social de etnia, região do País, religião, gênero e orientação sexual.

É na luta pelo respeito à diferença e as suas especificidades culturais que muitas instituições vêm desenvolvendo ações embasadas no multiculturalismo que é uma série de ações institucionais desenvolvidas na sociedade civil organizada e nos diversos níveis dos governos do Brasil. A palavra multiculturalismo é um termo típico do contexto do mundo globalizado e constitui mecanismo de luta contra toda forma de intolerância e a favor de políticas públicas que garantam os direitos civis à todos (MORTARI, 2002).

O problema é que não somos todos iguais, somos apenas semelhantes com referenciais culturais muito particulares e a partir do momento que temos o primeiro princípio fundamental que é da liberdade fazendo o que quisermos, mas com base no segundo princípio fundamental o da igualdade, sem invadir o espaço do "outro", muitas vezes diferente, a partir de atitudes sem hostilidade a este "outro".

Na próxima unidade iremos trabalhar como é formada a identidade cultural a partir da formação da memória e os diversos tipos de memória e identidade.



SUGESTÃO DE LEITURA

Como sugestão de leitura complementar a esta primeira unidade consulte o livro de LARAIA (2001) sobre os determinismos e antecedentes históricos, ideias e teorias sobre a cultura, bem como opera a cultura.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: uni conceito antropológico. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 disponível em:

disciplinas.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=41050



ATIVIDADE

Vamos começar a trabalhar?

Faça a leitura do artigo "**A Cor da Cultura Brasileira**", de Nei Lopes. Na sequência realize uma busca na Internet sobre o tema em questão e construa um texto com no mínimo 15 linhas e no máximo 30 linhas (uma lauda) sobre os diversos aspectos da Cultura Brasileira. Seu texto deverá obrigatoriamente citar o texto de Nei Lopes, de Roque Laraia e outros dois no mínimo, encontrados por você.

O artigo "**A Cor da Cultura Brasileira**" está disponível em:
<http://www.acordacultura.org.br/artigos/30072013/a-cor-da-cultura-brasileira>

Após, publique no ambiente virtual - moodle para que o professor possa socializar o seu texto entre os colegas da turma.

Fonte Arial ou Time Roman, fonte 12, espaçamento 1,5, margens: superior e esquerda 3 cm e direita e inferior 2 cm, com no máximo 2800 caracteres (com espaços).

UNIDADE 2

MEMÓRIA, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÕES



Agora que você já trabalhou sobre a cultura no diapasão etnocentrismo e multiculturalismo, nesta segunda unidade abordaremos os conceitos de memória e a importância da mesma na transmissão e formação das identidades e representações, bem como a manutenção da cultura na sociedade.

Seção 1

Imaginário e representações

Ao final desta seção você terá a noção de como são formados os significados nos indivíduos e sociedades bem como suas representações para a formação das culturas.

O ser humano é um animal que se difere dos demais em decorrência de tipicidade físicas e de suas relações com ambiente mediada por processos de pensamento. É um mamífero de ordem superior da ordem dos primatas com um telencéfalo superior desenvolvido e com o polegar de ambas as mãos, sendo acionado ou motivado por suas necessidades e desejos.

É um ente físico/ fisiológico; psíquico (cognitivo e emocional) e social, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), que para Douglas Mc Gregor é um animal complexo dotado de necessidades, que assim que uma necessidade é satisfeita, logo surge outra em seu lugar, numa hierarquia de importância e de influenciação (TEDESCHI, 1998)

Já estas necessidades humanas, em Abraham H. Maslow estão organizadas em uma hierarquia de valor ou importância (vide a seguir), ou seja, em uma pirâmide, onde uma necessidade surge após a satisfação prévia de outra mais importante ou premente, que monopoliza as

Necessidades

Ausência ou carência de alguma coisa.
Reação a alguma falta.

Influenciação

Pode ser alterada por influência de outro ou pela cultura.

atenções do indivíduo, enquanto as demais, menos prementes, tendem a ficar reduzida ao mínimo ou simplesmente negadas (TEDESCHI, 1998).

Assim, os valores e a construção dos significados dos mesmos são construídos a partir das necessidades e desejos da vida do indivíduo e do grupo social ao qual ele se relaciona com o ambiente que transacionam, o qual é repassado aos seus descendentes.



Hierarquia de necessidades para Maslow

Neste conjunto de necessidades e desejos com sua relação com ambiente que o indivíduo inicia a construção de seus signos, ou seja, algo que é usado ou referido no lugar de outra coisa. As impressões trazidas por impulsos elétricos por meio das sensações (visual, táteis, auditivas, gustativo-olfativas, propioceptivas) ao ultrapassarem o [hipotálamo](#) tornam-se percepções e esta construídas por símbolos, chamados de índices ou sintomas (signos naturais). No sentido lingüístico são signos propriamente ditos e ficam em oposição aos signos derivados ou sinais.

Assim aos utilizamos nossos órgãos sensórios para retirar as impressões do ambientes, transformando-os em impulsos elétricos e hormonais e levando-os para nosso cérebro, estamos percebendo e construindo uma dimensão simbólica sob este ambiente.

O ser humano não opera diretamente com as coisas e, sim, com símbolos, com os significados atribuídos às coisas principalmente através da [educação](#) e pela sua cultura.

A sensação que se torna percepção será classificada, armazenada e recuperada na memória que é assunto para a próxima seção. Cabe neste momento citar o pensamento de Castoriadis (1982) onde o mundo

O [hipotálamo](#) é uma região do encéfalo (dentro da cabeça) dos mamíferos localizado sob o tálamo (centro de organização do cérebro). É uma região encefálica importante na homeostase (equilíbrio) corporal, isto é, no ajustamento do organismo às variações externas, liga o sistema nervoso ao sistema endócrino.

[Educação](#) informal ou vivência e a Educação formal, realizada através da sociedade organizada.

humano não é somente constituído de fatos, mas também de um mundo [imaginário](#) pela razão, emoções, linguagem lógica e conceitual, religião, arte e ciência.

Não existem contraposições entre o real e o imaginário, pois através das relações humanas ocorrem as trocas que formam o ambiente cultural que gera o simbolismo em nível ontológico e semântico (do significado) o que gera a construção social do real.

Esta imaginação ou representação mental, consciente ou não, é formada a partir de vivências, lembranças e percepções passadas, e é passível de ser modificada por novas experiências. Sua importância é criar um comportamento para realizar o enfrentamento aos fatos oriundos dos diversos ambientes na tentativa de sobrevivência individual e grupal e posteriormente a [felicidade](#).

Produzimos imagens porque as informações envolvidas em nosso pensamento são sempre de natureza perceptiva, ou seja, são construções baseadas nas informações obtidas pelas experiências visuais anteriores. Estas imagens que temos de um objeto não é o próprio objeto, mas uma faceta do que nós sabemos sobre este objeto externo, com atributos de qualidades e características que são aumentadas ou denegridas, transformadas e com significados plenos relacionados a nossas experiências e lembranças vividas ou ideias.

As [ideias](#), são representações mentais de coisas concretas ou abstratas, que nem sempre são símbolos que também são representações, pois como as imagens podem ser apenas sinais ou signos de referência, as representações aparecem referidas aos dados concretos da realidade percebida.

Assim, as ideias iram compor o imaginário (elemento) ou a imaginação (ação para o elemento), composto de imagens mentais abertas e formadas e transformadas pela experiência da novidade que estará diretamente identificada ao seu objeto referente, mas os símbolos ultrapassam o seu referente e irá contém elementos afetivos e os modos para agir e mobilizar com base em suas próprias regras.

O Imaginário cultural

O imaginário cultural é um sistema cultural condensado em um corpo simbólico da humanidade sobre um substrato da memória coletiva, ou um conjunto de vivências e experiências de qualquer pessoa ao longo da história.

A palavra imagem significa a representação de um objeto ou a reprodução mental de uma sensação na ausência da causa que a produziu.

Felicidade

Em Aristóteles, no livro *Ética para Nicomaco* é a virtude que os homens escolhem entre o que é agradável e que evita a dor.

A palavra Ideia deriva do grego *idea* ou *eidea*, cuja raiz etimológica é *eidos* – imagem. O seu significado, desde a origem, implica a controvérsia entre a teoria da extromissão (Platão) e a da intromissão (Aristóteles). No centro da polêmica está o conceito de representação do real (realidade).

Este sistema cultural universalidade não pertence a racionalidade humana, mas sim, a imaginação criadora do pensamento, tendo como premissa que o imaginado por uma pessoa pode ser “reimaginado” por outra, de forma a modelar um comportamento.



SAIBA MAIS

Para um aprofundamento nesta temática é recomendável a leitura do artigo: Imaginário, Ideologia e Representação Social de Carlos Augusto Serbena. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/viewFile/1944/4434>

As funções do imaginário, segundo Durand (1997), são apresentadas em funções antropológicas e psico-sociais, a saber:

1) Funções do imaginário antropológicas

- a) como eufemizadora que suaviza a realidade, principalmente relacionada à morte e a passagem do tempo com contra-posto com a eternidade.
- b) como equilíbrio social. A história das organizações humanas demonstra que existe uma alternância de modelos de sociedade para compensar as mudanças ambientais.
- c) como significado da vida humana entre o eterno e o temporal, ou seja que oscila entre uma vida profana, efemera e temporal e a sagrada, eterna e intemporal.

2 - Funções psico-sociais

- a) Conservação da sabedoria das gerações, com crenças, valores e modelos históricos socioculturais.
- b) Modelo de fuga para a insatisfação e frustração do cotidiano. Com estas funções do imaginário e sua complexidade você poderá iniciar a entender os conceitos e memória e identidade que serão trabalhados a seguir.

Seção 2

Memória e Identidade

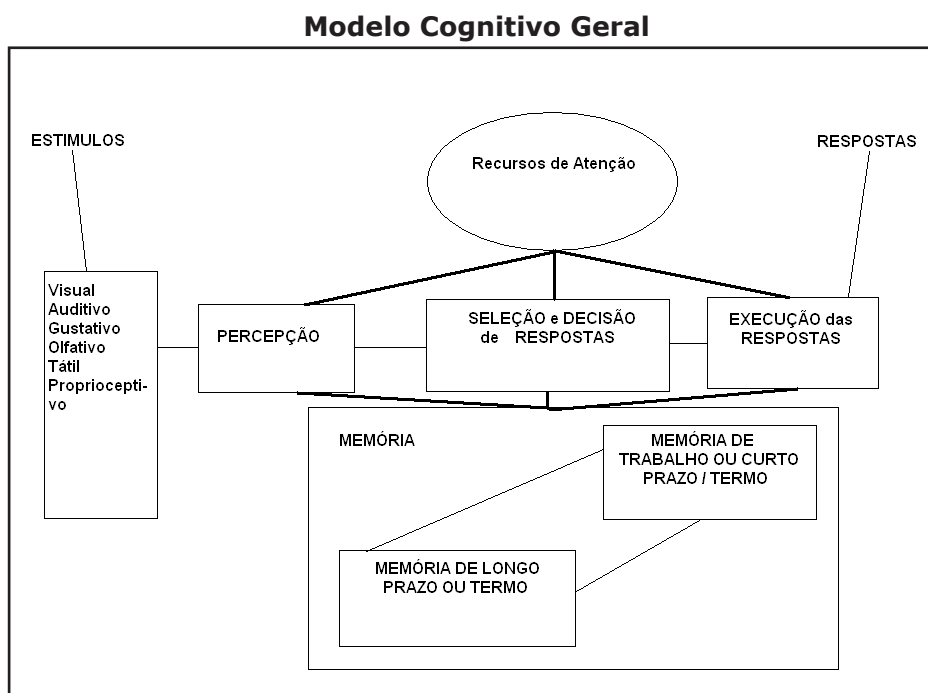
Ao final desta seção você terá o conceito de memória e suas classificações, bem como a construção da identidade com base na memória.

A palavra memória tem origem latina. Deriva de *memor memoris* e significa o que lembra, ou seja, é a faculdade de conservar e lembrar estados de consciência passados e tudo quanto (representações) se ache associado a eles (ou a esses estados).

Para que o ser humano possa realizar as suas tarefas de sobrevivência e terá que gerar uma série de modelos ou representações mentais as quais irão definir suas ações. Como vimos que o ser humano, como pessoa, tem características físicas, psíquicas e sociais, logo ele terá representações em sua mente dos ambientes físicos, psíquicos e sociais os quais estarão sempre em constante adaptação, visto que os ambientes não são fixo ou estáticos e sim dinâmicos.

Nesse sentido, a pessoa necessita ter contínua adaptação da capacidade de abstração e modelos mentais prévios que possibilitem que suas ações sejam executadas de forma efetiva, mesmo não tendo conhecimento de todos os elementos e informações relacionados. Para

melhor explicar temos o modelo criado por Wickens (1992) na figura a seguir:



FONTE: ADAPTADO DE WICKENS (1992) *apud* CANAS, WAERNS (2001)

Neste modelo a pessoa possui um sistema cognitivo composto por sistemas sensoriais que extraem a informação do ambiente, analisam a informação e a armazenam na memória. Dentre os processos mentais implicados na interação com artefatos e outras pessoas do ambiente, destacam-se, segundo Cañas e Waerns (2001):

Organelas ou receptores sensitivos
Células responsáveis em captar variações físico-químicas ocorridas no ambiente; como as cores, os odores, o frio, o calor, entre outros.

- a) Sensação:** são impulsos elétricos gerados nas organelas ou receptores sensitivos a partir de estímulos ambientais e conduzidos pelos neurônios até o cérebro humano na região do hipotálamo (já citada).
- b) Percepção:** Significa interpretar o estímulo. É a passagem dos impulsos elétricos pelo hipotálamo.
- c) Memória:** A informação percebida armazena-se na memória para ser utilizada posteriormente. Sendo que a memória divide-se em: de curto prazo, de trabalho ou operativa, caracteriza-se por ter limitação temporal e espacial, sendo utilizada para respostas imediatas, e a memória de longo prazo tem como característica principal estar organizada em estruturas. A memória de longo prazo subdivide-se em memória declarativa, que se organiza em estruturas semânticas

ou declarativas (categorias, imagens, esquemas, escrita etc.) e a memória procedimental com características predominantes é a regra de produção ou a associação sequencial entre os símbolos e imagens, a qual compõe uma condição e uma ação.

d) Seleção e decisão de Respostas: Refere-se à porção de recursos de processamento, geralmente conhecimentos, que uma pessoa precisa para realizar uma determinada ação.

e) Execução das respostas: São os impulsos elétricos que saem do cérebro humano para moverem os músculos e conseqüentemente a estrutura óssea que formaram a ação da decisão tomada.

Resumindo, de acordo com o modelo, a pessoa pode usar seus sentidos para perceber o que tem ao seu redor para interagir com o ambiente. A memorização subdivide-se em operativa ou de trabalho e longo prazo. A memória de longo prazo ainda subdivide-se em declarativa, onde ficam os fatos que conhecemos, e a memória procedimental, onde fica a informação sobre como ocorrem certos fatos.

Memória coletiva

Como foi citado, teremos por características humanas, memória física com relação às estruturas e funcionamentos dos corpos, uma memória psíquica dividida em cognitiva ou lógica e outra emocional ou ilógica, e a memória social ou coletiva, que iremos focar.

A memória coletiva remete-nos a um tempo pretérito, no qual o homem pode agir com impressões ou informações passadas e constituir uma ação do presente na medida que contém as marcas do momento em que é reconstruída.

O antropólogo Leroi-Gourhan (1983) não acredita que a memória seja uma propriedade da inteligência, mas a base sobre a qual se inscrevem as representações dos atos humanos, dividindo-a em três momentos:

- 1) Memória específica,** que daria conta de definir a fixação dos comportamentos de espécies de animais.
- 2) Memória étnica** que garantiria a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas.
- 3) Memória artificial** dá conta da reprodução de atos mecânicos encadeados, os quais são transferidos para os artefatos, desde

uma agenda até um computador.

Na atualidade percebe-se que a memória individual (física e psíquica) pode ser manipulada consciente ou inconscientemente pela afetividade, pelo desejo, a inibição e a importante censura. Em contrapartida, a memória coletiva ou social foi questionada com a luta das forças sociais pelo poder, na medida em que pelos grupos dominantes é construída de sanções que procuram regular o ordenamento social, como visto no etnocentrismo.

A memória coletiva pode relacionar-se com múltiplas identidades de grupos ou de um indivíduo, sendo percebida como conquista materializada dos indivíduos e das sociedades, possibilitando a manipulação dos indivíduos, grupos sociais esquecidos ou relegados e como instrumento dos detentores do poder.

Identidade

O termo identidade é a mensuração do que é idêntico. A questão aqui está no comportamento, ou seja, a identidade passa a ser um conjunto de resposta que forma um padrão frente a determinado estímulo dentro um contexto.

Como vimos, as respostas estão condicionadas à memória e esta às representações nela contidas. Assim, quando temos um comportamento repetitivo geramos nossa identidade. Como na memória teremos uma identidade física com nossa genética e a natureza ao nosso redor, teremos uma identidade psíquica fruto de nossa cognição e emoções na relação com o ambiente externo, incluindo os "outros", e uma identidade coletiva fruto da educação e da cultura, que define uma noção de passado e de pertencimento a um grupo e a uma história.

A memória coletiva ou social incidirá sobre as identidades coletivas como sobre as identidades individuais. Nesta acepção temos que, ao internalizamos em nossa identidade física e psíquica as identidades culturais, os significados e valores alinham-se a nossos sentimentos subjetivos e estes aos lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural em que vivemos.

Assim, o ambiente exterior está em constante mudança e fragmentando o indivíduo, obrigando-o a assumir várias identidades, estas sempre provisórias e variáveis, não se admitindo falar de identidade como uma coisa acabada. Logo, deve-se falar em identificação visto que a identidade é um processo nunca pleno dentro das pessoas, que necessita ser desenvolvida.

As identidades nacionais são formadas e transformadas no interior de uma representação, não sendo hereditárias muito menos genéticas. Em País-Nação este processo de formação de identidade gera uma comunidade simbólica em um sistema de representação cultural. Logo, a cultura nacional é um modelo de construção de sentidos que influencia e organiza as concepções e, conseqüentemente, as ações que temos.

A identidade coletiva ou social subdivide-se em primária, secundária e instituintes:

A identidade primária é representada pela língua natural, fato considerado una e unificadora.

As identidades secundárias próprias são os regionalismos e grupos de preferências de diversas naturezas próximas ao indivíduo. O quadro se altera em relação ao ambiente.

As identidades instituintes são as identidades “oficiais”, que vêm de cima para baixo e legitimam a priori as existências e as propostas. Essas identidades fornecem o padrão ou código geral.

No caso do Brasil, as identidades coletivas estão na nossa língua e em nossos sistemas culturais, mas estão longe de uma homogeneidade, pois temos identidades instituintes que influenciam (ou que estão influenciadas por) nossas diferenças étnicas, pelas desigualdades sociais e regionais e pelos desenvolvimentos históricos diferenciados. As nossas identidades instituintes brasileiras têm resistências próprias às minorias étnicas e religiosas e não raro se alimentam da memória ou do culto das origens etnocêntricas europeias e ainda identidades instituintes de projeto que incluem produtores culturais, que se definem não pelo culto do passado, mas pela ideia de um futuro organizado.

Como todas as nações do mundo, somos híbridos culturais, mas muito mais que a maioria, e vemos esse processo de formação de identidade brasileira como um fator de desenvolvimento de nossas qualidades e faculdades criativas.

Nas próximas unidades trataremos da formação dos estados e das Leis com base nesse processo de identidade social e coletiva.



ATIVIDADE

Aproveite para enriquecer seus conhecimentos sobre memória e responder, com base no texto de Ballone (1999) em um texto de 5 a 10 linhas para cada pergunta:

- 1) Como a memória é parte importante da consciência?
- 2) Quais são os tipos de atenção?

Deposite no moodle suas respostas.

BALLONE GJ - Atenção e Memória - in. **PsiquWeb Psiquiatria Geral**, Internet, 1999

disponível em: <http://www.psiqweb.med.br/cursos/memoria.html>

UNIDADE 3

DURKHEIM E A SOCIALIZAÇÃO



Nesta unidade você observará que o sociólogo francês Émile Durkheim nos apresenta o conceito de fatos sociais, que irão corroborar com a compreensão das unidades anteriores de cultura e memória coletiva, bem como a discussão sobre socialização e status.

Seção 1

O pensamento de Durkheim; fato social, coerção social, suicídio e socialização

Nesta seção você saberá quem foi Émile Durkheim e seus pensamentos principais referentes a esta disciplina.

Émile Durkheim nasceu em 15 de abril de 1858, em Épinal de Vosges, na França, e morreu em 15 de novembro de 1917. Algumas obras de Durkheim a serem referenciadas:

- A divisão social do trabalho;
- As regras do método sociológico;
- O suicídio;
- As formas elementares da vida religiosa;
- Educação e Sociologia;
- Sociologia e Filosofia;
- e O Socialismo.

Para Durkheim a sociedade não pode existir sem as pessoas, mas acreditava que as sociedades têm vida própria, sendo mais que a soma dos interesses e ações individuais. Desloca a observação e seus estudos para os fatos sociais ao comportamento dos indivíduos na sociedade, afirmando que os estudos sociológicos deveriam se concentrar nos aspectos da vida em sociedade, que modelam as ações dos indivíduos, tais como a família, a religião, o Estado.



FIGURA: Émile Durkheim
FONTE: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Emile_Durkheim.jpg

Fato social é toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter. (DURKHEIM, 1978, p. 13).

Os fatos sociais (tratados como coisas) são as maneiras de agir, pensar e sentir, como práticas coletivas de um grupo, e que exercem coerção sobre os indivíduos. Antes de existir o indivíduo, a sociedade já possui seu modo de pensar, sentir e agir, possuindo exterioridade e objetividade. Assim, Durkheim propõe a investigação das razões pelas quais surgiram determinadas práticas sociais, como a divisão social e sexual do trabalho, as religiões, as famílias monogâmicas entre outros.

A interação entre as pessoas possui uma força peculiar capaz de gerar novas realidades diferentes das individuais, gerando uma consciência coletiva igual ou diferente de uma individual. Assim o caráter social tem sua origem necessariamente na coletividade e não nos membros da sociedade, sendo sua exterioridade dada pela possibilidade de ser observado, independentemente das ações dos indivíduos. Os fatos sociais são externos aos indivíduos e com ascendência sobre eles, que se processam nas interações grupais, na pluralidade de consciência e como obra coletiva.

Neste contexto Durkheim desenvolve seus estudos sobre os fatos sociais como a coerção social, o suicídio e solidariedade.

Na coerção social, como você já deve ter percebido, a sociedade impõe às pessoas como elas devem agir e não como elas gostariam de agir, chamando isto de processo de coerção social, visto que a sociedade dita regras e as pessoas seguem sem perceber, na maioria das vezes.

O conceito de anomia empregado por Durkheim designa um estado social sem regras e sem normas.

O suicídio também tratado como um fenômeno social e não individual, tem origem multifatorial. Para o autor o suicídio deve ser analisado de acordo com o momento social em que ocorrem as manifestação de uma desordem social, sendo resultado assim resultado de diversos fatores, tendo esta desordem social a classificação como fator principal que mais contribui para sua existência do suicídio, é o chamado estado de anomia encontrado na sociedade.

O estado de anomia é geralmente apresentado quando a sociedade passa por tempos de grandes transformações sociais, com a presença de mudanças rápidas e inesperadas que dificultariam o desenvolvimento e o funcionamento de regras gerais e geram espaços para manifestações individualistas que, nesse caso, desestruturariam toda ordem social, sendo assim um aspecto patológico das sociedades modernas. Durkheim diferenciou três tipos de suicídio:

O **suicídio egoísta** é a consequência do individualismo ou da fraca integração social, pois quanto mais fracos ou frouxos os laços sociais, maior a probabilidade de se cometer suicídio.

O **suicídio altruístico** é o suicídio decorrente de uma integração social extremamente forte, colocando o indivíduo em certas situações sob pressão, conduzindo-o ao suicídio, como no caso dos heróis, pessoas que se dão em sacrifício pelo semelhante.

O **suicídio anômico** não é nem resultado da falta ou excesso de integração social. Ele aparece em tempos de mudança social rápida, onde ocorre a desestruturação da sociedade com decadência econômica ou na prosperidade súbita e sem sentido, que diminuem as ligações que une a pessoa à sociedade.

A solidariedade em Durkheim é a compreensão que faz as pessoas organizarem-se em sociedade e lutarem contra a desintegração social, sendo esta solidariedade responsável pela coesão entre os seres humanos e por mantê-los unidos, apontando dois tipos, a saber:

Solidariedade mecânica: decorrente da própria característica humana de não ter capacidade de realização de todas as tarefas para a sobrevivência, em que ocorre a natural divisão do trabalho e cada indivíduo é responsável por uma tarefa (dever) ou função na sociedade.

Solidariedade orgânica: desenvolve-se nas sociedades mais complexas, a divisão do trabalho amplia-se e as conseqüentes diferenças entre os indivíduos conduzem a uma crescente independência da consciência coletiva.

A solidariedade mecânica é mais instrumental, e a orgânica mais moral. A solidariedade orgânica tem uma moral objetiva que cada indivíduo de modo próprio, pois os indivíduos são diferentes entre si e vinculados a um grupo, porque somente o social ultrapassa o individual, mesmo havendo margem para a consciência individual, tendo como imperativo a disciplina (respeito aos acordos) como condição para o indivíduo ser livre.

O não cumprimento dos acordos ou deveres levam às sanções repressivas dessas sociedades que dão origem a um sistema legislativo que acentua valores de igualdade, liberdade, solidariedade e justiça, assuntos a serem abordados nas unidades futuras.

Durkheim afirmava que a solidariedade seria a única forma capaz de construir uma nova ordem social, em que o direito seria cooperativo, com sanções restituíveis substanciadas no contrato firmado entre partes autônomas, reposição proporcional pelos danos causados pelos deveres ou acordos descumpridos, ou seja, com punição do sujeito para lembrá-lo de suas obrigações e responsabilidades para com o outro sujeito.

A divisão social do trabalho como base social é tema explorado em Durkheim, tendo como fundamento a especialização na execução das tarefas com mais possibilidades de coesão social. Esta especialização na execução gera a dependência de outras pessoas, pois a divisão do trabalho promove a solidariedade baseada na interdependência entre funções compartilhadas, que na tradição funcionalista de Durkheim dá a ideia de integração social e de equilíbrio, em que as regras são dadas socialmente como condição de sociabilidade que precede o sistema de contratos ou um sistema social, com suas normas e valores, que permitem definir e atribuir papéis sociais aos membros da sociedade.

As formas de contestação ou de conflitos são citados como anomalias a serem eliminadas. Os valores morais e as regras sociais devem reger a conduta dos indivíduos e restabelecer a ordem social.

Seção 2

Socialização: contratos sociais, isolamento e interação social, status, papel e controle social

Nesta seção teremos o conceito de socialização e contratos sociais com seus polos de interação social ou isolamento. As questões sobre o Status com seu papel e controle social e exemplos de casos empresariais sobre estas temáticas.

A socialização é a modelação contínua do comportamento humano, visando as interações sociais. Logo, a socialização é um processo que dura toda a existência da pessoa, pois as sociedades mudam e adaptam-se pelas interações sociais.

Com a socialização as pessoas irão rever as suas atitudes e ajustá-las por duas grandes fases, a saber:

Socialização primária: ocorre na primeira infância (oral), segunda infância (anal) e terceira infância (psicomotora), quando aprendemos a falar, e adquirimos os padrões mais básicos de comportamento como ir ao banheiro, comer, vestir entre outros, onde a família como primeiro agente educador, é o principal agente socializador.

Socialização secundária: acontece a partir da latência, estende-se pela adolescência, chegando à fase adulta e senil. Ao longo dessa fase, a escola, os grupos sociais, a mídia, e os locais de trabalho tornam-se espaços de socialização da pessoa, de forma muitas vezes desapercibida. Faz lembrar que Durkheim relata que a sociedade impõe suas regras aos indivíduos, os quais, por vezes, não se dão conta de que estão sofrendo alguma forma de coerção social, como no caso dos gêneros e as funções na sociedade, as regras de convivência e etiqueta entre outras.

O Isolamento social completo de uma pessoa o leva à condição de animal mamífero superior da ordem dos primatas, como no caso de 1800, quando um menino, aparentando 10 ou 11 anos, surgiu do meio de um bosque no sul da França sem família e sem problemas físicos e mentais. Foi encontrado nu e sujo, sem capacidade de falar e desconhecedor de normas de higiene e etiqueta social. O caso ficou conhecido como 'o menino selvagem de Aveyron'.



Assista ao vídeo **"O Menino Selvagem de Aveyron e o Tarzan dos Macacos"** no endereço abaixo:

<http://www.youtube.com/watch?v=VvIRuYgqPsc>

Diversos filmes demonstram que pessoas desenvolvidas sem ou mínimo contato com outras pessoas não desenvolvem a fala, o uso de utensílios e a capacidade de transmitir sentimentos, uma situação chamada por Hobbes e Locke como "estado da natureza" original em que não havia nenhuma autoridade política para cobrar regras de sociedade como veremos em outra unidade.

É por meio dos contratos sociais que as pessoas entram em acordos entre si para estabelecer as regras primárias de convivência e um governo comum, pela interação social. A socialização possibilita o aprendizado contínuo pelo contato gerando um processo que possibilita a formação do ser humano. Com esta compreensão da socialização, amplia-se o conhecimento desta unidade para os termos *status*, papel social e controle social.

Status
condição (de alguém ou de algo) aos olhos do grupo humano em que vive.

O *status* no cotidiano é definido como situação ou prestígio de alguém. Na Sociologia, o *status* está definido como determinada estrutura social ou referente a posições reconhecidas e ocupadas por pessoas numa interação social, com a finalidade de distinguir integrantes de um mesmo grupo social, sendo um fenômeno relativo que só tem significado em um contexto do grupo e em relação a outros.

Analisando o *status* este poderá ser classificado em *status* geral, como o conjunto total de atributos favoráveis ou desfavoráveis de uma pessoa, ou seja, o *status* legal com seus direitos e obrigações, reconhecidos pública e juridicamente, e o *status* social sem determinação legal, sendo dividido em atribuído ou adquirido. O atribuído é o de ser filho de alguém, e o adquirido é o determinado por esforços decorrentes de habilidade, conhecimento e experiência.

Assim, o *status* é dinâmico como a vida e a própria sociedade que as pessoas interagem, tendo suas mudanças origens nas necessidades geradas pelas interações sociais, compreendidas nestas as questões econômicas, empresariais e governamentais.

Como exemplo de *status*, encontramos o texto: **A mudança nos papéis das aeromoças.** (BRYN, 2006, p. 145-146) que trata da mudança de status e também de conflitos no desempenho de diferentes papéis relacionados a um único status de mulher que ocupa o cargo comissária de bordo com papéis de especialista em segurança de voo e de copeira.

Em 1930, a companhia americana Boeing Air Transport contratou Ellen Church, a primeira aeromoça do mundo. Treinada como enfermeira, ela vestia seu uniforme branco em todos os vôos, o que nos diz acerca de seu papel. Na época, voar era muito mais perigoso do que hoje em dia. Embora Ellen servisse café e sanduíches, seu papel principal era acalmar passageiros apreensivos ao assegurar que estavam em boas mãos no caso de emergência que exigisse cuidados médicos [...] Com a introdução das cabines pressurizadas e outros itens de segurança, os uniformes brancos de enfermeira foram substituídos por terninhos. No entanto, a verdadeira revolução no papel das aeromoças foi sinalizada pela primeira de uma série de mudanças radicais nos uniformes, em 1965.

Um executivo de marketing convenceu a agora extinta Braniff Airways a contratar um estilista de moda famoso para redesenhar os uniformes das aeromoças. Os padrões têxteis de efeitos óticos em cores papel e as saias 15 cm acima dos joelhos causaram sensação. Todos queriam viajar pela Braniff. O valor das ações da

empresa aumentou de 24 para 120 dólares. Logo, todas as companhias aéreas seguiram o exemplo em todo mundo. Foi assim, por exemplo, que a Varig introduziu a minissaia e as cores berrantes nos uniformes das aeromoças no início dos anos de 1970. As campanhas publicitárias, por sua vez, refletiam as novas expectativas associadas ao papel das aeromoças: da malícia disfarçada das propagandas no final dos anos de 1950, as companhias aéreas passaram a retratar suas aeromoças como objetos sexuais de modo explícito. A Continental Airlines, que pintava a cauda dos aviões com manchas douradas e cujas aeromoças vestiam uniformes dourados, criou o bordão 'O pássaro orgulhoso de rabo dourado' e, mais tarde enfatizava: 'nós realmente balançamos o rabo por você. [...] As companhias especificaram e reforçaram muitas normas relativas ao papel das aeromoças e as expectativas dos passageiros ajudaram a reforçar essas normas. Por exemplo, até 1968, as aeromoças tinham de ser solteiras. Até 1970, não podiam engravidar. Tinham de ser atraentes, ter um sorriso bonito e deveriam alcançar um padrão mínimo de testes psicológicos e de QI. Em 1954, a American Airlines impôs uma idade de aposentadoria compulsória de 32 anos, o que tornou o padrão das companhias aéreas. As aeromoças tinham de ter uma certa aparência: magras, saudáveis e não muito 'cheias'. Atribuía-se a elas um peso ideal, baseado em sua altura, e pesagens regulares asseguravam que elas não se desviassem desse ideal. Nos Estados Unidos, todas as aeromoças tinham de usar cintas modeladoras e os supervisores das companhias aéreas desempenhavam checagens de rotina, dando pequenos piparotes em suas nádegas. [...] Nas últimas duas décadas o status das aeromoças (a posição que elas ocupam em relação a outras pessoas) mudou. Na era dos vôos com desconto, das barras de cereais e dos saquinhos de amendoins, restou muito pouco do glamour inicial. No entanto, os sindicatos e as associações de comissários de bordo e aeroviários do mundo inteiro conseguiram implementar mudanças importantes no que se refere a casamento, gravidez, aposentadoria e contratação de comissários do sexo masculino. [...] Embora ainda se enfatize a aparência física e a juventude, os homens são hoje contratados em proporções semelhantes às mulheres. Ocorrem conflitos de papéis quando dois ou mais status, ocupados ao mesmo tempo, criam papéis com demandas contraditórias. Retornando ao exemplo das aeromoças, podemos perceber que, hoje, elas enfrentam vários

conflitos ao assumir o papel de mãe e esposa, uma vez que desempenham uma profissão que as obriga passar longos períodos fora de casa. No período de 1950 a 1960, este conflito de papéis não acontecia, pois casamento e filhos não eram permitidos às aeromoças. Por outro lado, havia o conflito-papel, isto é, papéis incompatíveis eram demandados de pessoas que ocupavam status. No caso das aeromoças, os passageiros podiam esperar que elas se comportassem de maneira sugestiva, ao passo que elas podiam definir seus papéis como tendo de tratar os passageiros somente com cordialidade. Papéis e status sociais podem ser entendidos como tijolos que estruturam a nossa comunicação.

FONTE: Retirado do Material Didático de JACIR L. CASAGRANDE e TADE-ANE DE AMORIM, disponível em: www.grupos.com.br/group/direitoic/Messages.html, p. 36-37.

Como nossos comportamentos são gerados quanto maior ou menor for nossa interação social, pode causar espanto a uma mãe ver na televisão, que seu filho, que em casa é carinhoso, caprichoso, tem horror à violência e ao preconceito, ao ir ao estádio de futebol e interagindo com alguma torcida organizada, agride pessoas senis e crianças, quebra patrimônio público, invade campo e ofende preconceituosamente jogadores, juízes e dirigentes.

Pensamos que nossos estados emocionais são individuais e centrados em nossos valores morais apreendidos com nossa família. Mas, para sermos aceitos e gerarmos alguma interação social, havemos de aceitar a estrutura social deste grupo que será mantida por meio de instrumentos simbólicos de controle social.

Os controles sociais são mecanismos materiais e simbólicos, disponíveis em todas as sociedades para eliminar ou diminuir os comportamentos que se desviam (desvios individuais ou coletivos) do padrão estabelecido socialmente.

A interiorização de normas e valores sociais pelo Estado e pela socialização dos membros da sociedade faz parte das formas de controle. Durkheim, enfatiza a educação como processo de interiorização de normas como forma de controle social, afirmando que os pais que não educassem adequadamente seus filhos sofreriam vingança da sociedade.



SAIBA MAIS

Como exemplo clássico das teorias das organizações sobre as pessoas, suas necessidades e comportamentos, temos o caso da **Experiência de Hawthorne**.

Você terá acesso à Experiência de Hawthorne lendo as páginas 102 a 105 do livro:

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, disponível em: <http://www.cotemar.com.br/biblioteca/administracao/teoria-geral-da-administracao.pdf>

Conclusões Gerais da Experiência de Hawthorne

Essa experiência permitiu o delineamento dos princípios básicos da Escola de Relações Humanas:

- 1 O nível da produção é resultante da integração social: Verificou-se que o nível de produção não é determinado pela capacidade física ou fisiológica do empregado, mas por normas sociais e expectativas que a envolvem.
- 2 O comportamento social dos empregados: O comportamento dos indivíduos se apoia totalmente no grupo. Os trabalhadores não reagem isoladamente, mas como membros de grupo.
- 3 As recompensas e sanções sociais: O comportamento dos indivíduos está condicionado a normas e padrões sociais. Cada grupo social desenvolve crenças e expectativas com relação à Administração. Essas crenças (reais ou imaginárias) influem não somente nas atitudes, como também nas normas e padrões de comportamento que o grupo define como aceitáveis.
- 4 Os grupos informais: Os grupos informais constituem à organização humana da empresa, muitas vezes em contraposição à organização formal estabelecida. Esse grupos definem suas regras de comportamento, suas formas de recompensas ou sanções, seus objetivos, sua escala de valores sociais, etc.
- 5 As relações humanas: Os indivíduos participam de grupos sociais e mantêm-se em uma constante interação social. Cada indivíduo é uma personalidade diferenciada que influencia os demais e recebe influências.
- 6 A importância do conteúdo do cargo: A maior especialização ou fragmentação do trabalho, não é a forma mais eficiente de divisão do trabalho. O conteúdo e a natureza do trabalho tem enorme influência sobre o moral do trabalhador.
- 7 A ênfase nos aspectos emocionais: Os elementos emocionais, irracionais e não planejados do comportamento humano, passam a merecer um destaque especial desta Escola.

Conclusões Finais de Elton Mayo

- 1 O trabalho é uma atividade tipicamente grupal.
- 2 O operário não reage como indivíduo isolado, mas como membro de um grupo.
- 3 A tarefa básica da Administração é formar uma elite capaz de compreender e comunicar-se com o pessoal.
- 4 A pessoa humana é motivada pela necessidade de "estar junto".



ATIVIDADE

Pesquise na Internet um texto sobre ***status social*** e faça um resumo de 5 (cinco) a 15 (quinze) linhas.

Publique no fórum da semana respectiva do tema. Não se esqueça de referenciar o texto selecionado.

UNIDADE 4

**PENSAMENTO
SOCIOLOGICO
DE MARX**



Em continuidade temos os pensamentos sobre a sociedade de Karl Marx, com a sua contribuição com a função epistemológica do materialismo com a dialética dos clássicos gregos e a visão particular dos problemas da economia e do mundo do trabalho de sua época.

Seção 1

A realidade social de Marx: materialismo histórico e dialético

Nesta seção será apresentado superficialmente o modelo metodológico utilizado por Karl Marx para estudar a sociedade.

Karl Marx nasceu em 1818, em Trier, na antiga Prússia, hoje Alemanha, e morreu em Londres em 1883. As obras mais conhecidas de Marx são:

- O Capital;
- Manuscritos econômico-filosóficos;
- Contribuição à crítica da Economia Política;
- Salário, preço e lucro;
- Fundamentos da Economia Política;
- Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel e Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.

Parte das obras de Marx foi escrita em parceria com o seu amigo Engels.

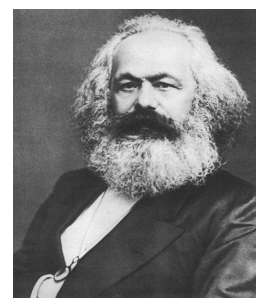


FIGURA: Karl Marx
FONTE: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Karl_Marx.jpg

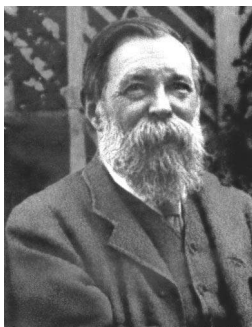


FIGURA: Friedrich Engels

FONTE: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Friedrich_Engels.jpg



SUGESTÃO DE LEITURA

Recomendamos a leitura dos livros **O Capital** partes 1 e 2; e o **Manifesto Comunista**, disponíveis em PDF nos endereços:

<http://pensamentosnomadas.wordpress.com/2012/03/21/o-capital-e-manifesto-comunista-em-portugues-pdf/>

O contexto em que Marx escreveu sua obra (século XIX) foi marcado pela consolidação do sistema capitalista, sendo caracterizado por dificuldades econômicas e familiares, principalmente a quem era crítico à ordem dominante da época, tendo assumido a bandeira da defesa da dignidade dos trabalhadores e suas finanças oriundas de seus artigos publicados em revistas e jornais.

Com seu curso de humanidade (Direito) e doutorado em Filosofia coube a ele desvendar o sistema capitalista de forma ampla (filosófico, político, econômico e social) utilizando o método dialético. Marx (1982, p. 179) afirma que “o movimento do pensamento é o reflexo do movimento real, transportado e transposto no cérebro do homem”. Assim, como já vimos nas unidades anteriores, o conhecimento de alguma coisa é a imaginação que temos do mundo exterior e não o próprio mundo exterior, ou seja, o movimento da matéria ou realidade social e da vida da pessoa que é objetivamente dialético.

A dialética trabalha como contraponto entre o naturalismo e o idealismo, principalmente entre o que imaginamos que seja o real e o que deveria ser o real, mas temos que iniciar nosso raciocínio em algum ponto de partida. Dessa forma, Marx inicia seu pensamento pelo mundo exterior que é material, ou seja, o materialismo. O ser humano, como já citado, é um ente físico, psíquico e social. No pensamento de Marx ficará mais restrito à condição social deste e sendo sua relação com o mundo exterior balizada por essa característica.

O modo de produção, até o século XIX, que era basicamente artesanal, quando se concretizou a Revolução Industrial com a efetivação da divisão do trabalho e a mecanização da produção em combinação com a eletrificação, gerou a consolidação do sistema capitalista, com suas características, especialmente pelas indicações das contradições e conflitos sociais entre mando e obediência, patrão e trabalhadores, riqueza e pobreza, ou seja, a verdadeira dialética.

Com a divisão do trabalho para muitos e a concentração do capital (máquinas, equipamentos, edificações etc.) para poucos o resultado ou benefícios da produção coletiva ou social passaram a ser concentradas no

Artesanal
Produzida por artesão, ou pessoa com habilidade e proprietária dos meios de produção (máquinas, equipamentos e outros) geralmente dentro de suas oficinas.

polo dos detentores do capital, gerando riqueza, fruto do que Marx chamou de exploração, opressão e injustiça, visto que as condições estabelecidas pela sociedade da época, não eram iguais para todos.

Acreditava que razão como instrumento de compreensão e apreensão da realidade social poderia se construir de uma sociedade mais justa, que com o método dialético seria um meio de análise da realidade, que indo do concreto ao abstrato ofereceria um papel primordial para o processo de abstração na construção de conceitos sobre a vida, as pessoas, as coisas, as ideias e pensamentos, os grupos sociais, a sociedade e os governos onde nada está parado e sim em movimento. Tudo muda, tudo se transforma.

Quanto ao método do [Materialismo Histórico](#) ele descreve que a produção das ideias e representações, bem como a consciência, está direta e intimamente ligada à atividade material dos homens, ou seja, a linguagem da vida real. Com base no mundo material externo é que construímos nossas representações e pensamentos, construímos a linguagem para nos comunicarmos com as outras pessoas e criamos a emanção direta do comportamento material da vida cotidiana.

Somos seres sociais e pela vivência em sociedade construímos nossos imaginários de mundo, podendo afirmar que somos produto de representações e ideias, na medida em que essas qualidades nos tornam humanos. Logo, não somos o que dizem, imaginam, creem, mas o que tomamos da atividade real, segundo o seu processo real de vida em uma construção histórica individual e grupal.

O conhecimento, baseado na produção da sociedade, resulta do estudo do processo real de vida e da ação dos indivíduos de cada época. Os entes da sociedade que geram a produção material e as suas relações materiais, transformam com esta realidade, que lhes é própria, os seus pensamentos e os produtos destes pensamentos, não sendo a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

Sabemos que não sobrevivemos, se não estivermos em grupo ou sociedade, sendo uma necessidade básica humana. Na presença da coletividade desenvolvemos uma linguagem simbólica historicamente construída com base em coisas reais e materiais produzidos ou incorporados. Assim a compreensão dos processos históricos não pode ser feita sem referência à maneira como os homens produzem sua sobrevivência material.

O conceito de trabalho é imperativo para a compreensão nesse processo de interação com a natureza ou mundo real, sendo este o meio com o qual a pessoa transforma a natureza e é transformada por ela. Em Marx, a pessoa trabalhando é considerada como força de trabalho ou segundo fator de produção (o primeiro é a natureza), o qual sempre

[Materialismo Histórico](#)
Abordagem metodológica para estudo da sociedade e economia a partir da história, sendo elaborada pela primeira vez por Karl Marx e Friedrich Engels. Procuravam as causas dos desenvolvimentos e mudanças na sociedade, principalmente na trilogia classes sociais, meios de produção e estruturas políticas e econômicas.

com significado de energia ou esforço consciente para a produção de um produto (bens ou serviços) que satisfarão alguma necessidade humana, sendo que este atribui ao produto um valor determinado.

O trabalho, como atividade grupal, ao longo da história humana em sociedade, promoveu o seu desenvolvimento e a construção dos sujeitos na história. Com suas características fundamentais de reconhecimento entre seus pares e ação sobre a natureza revelou o que cada pessoa é através do que ela faz. Em resumo, somos o que fazemos e não o que falamos ou imaginamos.

As pessoas como grupos agregados, são em Marx as massas, que constituem as forças produtivas que determinam as condições de existência consciente, tendo em vista a existência de intercâmbio entre as pessoas. Logo, a consciência é um produto social como um reflexo do contexto social mais próximo.

Em suma, a realidade é material e construída historicamente de forma dinâmica e adaptável pelo ser humano que, intervindo na realidade material, transforma a natureza para satisfazer suas necessidades e construir sua consciência. A consciência da necessidade de se relacionar com os outros ao seu redor pela percepção da necessidade de juntar esforços para sobreviver, gera o início da consciência do fato de que gostando ou não se vive em sociedade.

A vida em sociedade possui características distintas para cada período da história, com sinais diversos pelo modo como se organizaram para satisfazer suas necessidades básicas. De acordo com a tese do materialismo histórico essa evolução histórica, desde as sociedades mais remotas até à atual, se dá pelos confrontos entre diferentes classes sociais decorrentes da “exploração do homem pelo homem”.

Para Karl Marx, a superestrutura é um nível social como a estrutura jurídica do Estado (Direito e Estado) e a ideologia (política, religião, moral, arte, etc.) criada como reflexo da imagem construída pela classe social dominante. Existe ainda a infraestrutura com base mais econômica.

A ideia central em Marx é que pela produção e a troca dos produtos explica-se essencialmente as relações entre os sujeitos e demonstram a base de toda a ordem social, fundamentando-se, inicialmente, na observação da realidade a partir da análise das estruturas e superestruturas que circundam um determinado modo de produção. Na história de todas as sociedades ficam demonstradas pela distribuição dos produtos a divisão social dos homens em classes ou camadas, que determinam o que a sociedade produz, como produz ou o modo de trocar os seus produtos.

As relações estabelecidas entre proprietários (chamados de burgueses) dos meios de produção e os trabalhadores (chamados de proletariados) que processam diretamente o produto são denominadas relações sociais de produção caracterizadas pelo relacionamento dentro de um modo de produção entre aqueles que possuem os meios de produção (o capital, as fábricas, a terra, as ferramentas, os insumos etc.) e aqueles que não os possuem.

Seção 2

Economia e Sociedade; Modos de produção; Trabalho e Vida Econômica.

Esta seção discorrerá sobre o que é Economia, sobre os modos de produção na sociedade para Marx, com as formas de trabalho histórico e os conceitos de mais valia e classes sociais na vida econômica.

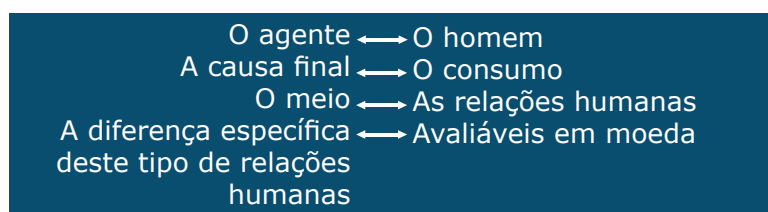
Como o trabalho é a forma de expressão da existência humana, para se ter uma compreensão de alguma sociedade é imprescindível que se tenha o domínio de alguns conceitos básicos relativos a sua economia. Todos os homens precisam de bens e serviços para sobreviver. Assim sendo, a casa, os alimentos, as roupas, serviços da saúde (médicos, odontólogos, fisioterapeutas, psicólogos), entre outros bens ou serviços produzidos numa coletividade, são de extrema utilidade para satisfazer essas necessidades humanas.

- O que seria do homem se não houvesse a casa para se abrigar do frio e do calor, das chuvas e dos ventos?
- O que seria do homem se não houvesse alimentos?
- O que seria do homem do século XXI se não houvesse o automóvel, o telefone, a televisão, o computador, o avião e outras máquinas?

A economia é então, um ramo do conhecimento humano que estuda a maneira como os bens e serviços necessários ao homem são produzidos, distribuídos e consumidos.

Na definição de Adelphino Teixeira da Silva (*apud* TEDESCHI, 1998) encontramos uma boa definição de Economia: "Economia é a ciência que estuda as relações humanas denominadas econômicas, avaliáveis em moedas e tendo por fim um consumo".

A análise desta definição nos revela, os seguintes itens:



A economia deve ser considerada como ciência, porque é um sistema lógico de conhecimentos sobre o seu objeto. As relações humanas neste caso recebem o nome de relações econômicas, avaliadas em moeda em qualquer lugar do mundo, pois são avaliados os elementos quantificáveis, porque este é o denominador comum dos bens e dos serviços de consumo, em torno dos quais gira nossa atividade econômica.

Seria de esperar que a Economia tratasse dos meios de dar ao homem as melhores condições para realizar suas aspirações, mas não é bem disso que trata. Embora, em outras épocas, tivesse se preocupado com esses objetivos, há dois séculos que a riqueza material constitui sua quase exclusiva aspiração.

Não se deve ver nisso um reprovável excesso de materialismo, porque, na época e no meio em que floresceu a Economia, a riqueza material estava associada a qualidades morais. De certo modo a riqueza era prova visível de virtude. Assim como, em outras ocasiões, a virtude esteve associada à coragem guerreira e a uma certa austeridade, à operosidade e ao espírito de poupança.

Para nós, essas ideias são estranhas. Pode-se mesmo dizer que, entre nós, a riqueza é mais comumente associada à maldade do que à virtude. Mas devemos reconhecer que a riqueza e a virtude se confundiam para os teóricos da Economia. Esses valores faziam parte da cultura do século XIX na Europa e Estados Unidos, sem ligação com os dias de hoje no Brasil. Pelo exposto, um conceito para Economia seria: Ciência das riquezas.

A economia procura conhecer e analisar as relações constantes entre os fatos e os fenômenos econômicos, para, com base nessa análise, poder prever e planejar as atividades que levarão os homens a produzir, distribuir e consumir os bens e serviços necessários à satisfação de suas necessidades. Resumindo, somente mediante uma profunda análise econômica poderemos responder perguntas como:

- Quanto de soja o Brasil deverá produzir este ano para atender suas necessidades de consumo interno e suas necessidades de exportação?
- Qual política na área agrícola o governo brasileiro deverá adotar para que se obtenha uma produção de soja adequada?
- De que forma essa produção de soja será transportada para os centros de consumo?
- Qual o preço mínimo da soja deverá ser adotado para que os produtores sintam –se incentivados para a produção de soja durante este ano?

Podemos ainda dizer que, para que se possa prever um futuro desejado, é necessário que se conheça todo o mecanismo que atua na obtenção desse futuro. Logo, conhecendo-se os mecanismos econômicos: “É possível planejar. O que produzir, Como distribuir e o que é necessário para que tudo isso aconteça”.

Se nós pensarmos em nossos casos particulares, veremos que não fugimos desse “mecanismo”, por exemplo:

para comprarmos um smartphone temos que trabalhar a mais do que já trabalhamos, ganharmos mais dinheiro e podermos efetuar a compra, ou reduzirmos nossas despesas atuais ou tomarmos um empréstimo de dinheiro, enfim, temos que conhecer o que temos e o que podemos fazer com isso que temos para que possamos obter algo que desejamos.

A ciência econômica sempre considerou o homem por dois aspectos: como recurso para produção e como origem de demanda para o consumo. Para a Economia, ele só existe por meio do mercado, quando vende seu trabalho ou compra alguma coisa. O fato de os economistas tratarem o homem dessa maneira não é uma ignorância. É uma simplificação, uma hipótese de trabalho, que permitiu desenvolver uma bela ciência.

É claro que aos economistas, que inventaram e continuam inventando teorias, ocorreu a possibilidade de sua aplicação por pessoas convencidas de que elas representam a realidade total, e de que pudessem servir para justificar ofensas e crueldades. A hipótese inicial

introduz, porém, uma limitação intransponível. Não se considera, nessa bela ciência, senão o que se convencionou chamar de homem econômico. Esta expressão não é, por si, errada ou imprópria, contudo incompleta, mas só faz sentido em uma teoria econômica se existe uma pessoa de comportamento predeterminado, que age mecanicamente, apenas movida pelo desejo de aumentar a riqueza.

Não devemos nos iludir quando os economistas dizem que o progresso de uma nação depende da qualidade de seus habitantes. A qualidade a que eles se referem é unicamente a capacidade de produzir e economizar riquezas. Não se trata de qualidade propriamente humana, porque, para a teoria econômica, o mundo é o mercado, e a riqueza consiste na acumulação de bens materiais, e, nesse esquema, o homem é apenas um meio, um instrumento ou uma coisa.

Para descobrir a origem da riqueza, ou melhor, a origem do crescimento da riqueza, os economistas procuram as riquezas coletivas e as causas gerais. A palavra riqueza está relacionada com outra palavra que lhe fornece maior significado, ou seja, a palavra escassez. Para ser riqueza a coisa deverá ser escassa, e a escassez ocorre quando um produto não está disponível a qualquer momento, em qualquer lugar e em qualquer quantidade.

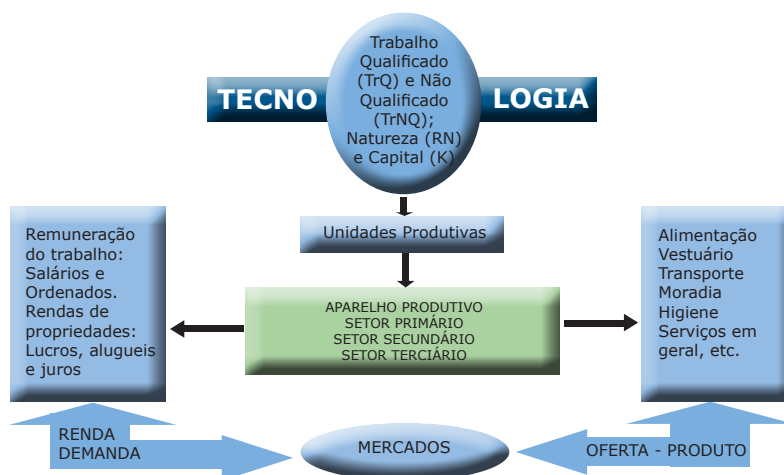
O primeiro elemento ou fator a que se atribuiu o poder da riqueza, dentro de um raciocínio lógico e também natural, foi a terra. A terra podia ser fértil ou determinava a teoria da renda, onde sem esforço poderia ocorrer um excedente de riqueza, a que não correspondia nenhum gasto determinado, pois vinha da fertilidade da terra.

O segundo fator de produção é o trabalho (qualificado e não qualificado) sobre o qual Karl Marx realizou sua base de estudos e que iremos trabalhar mais a fundo. O terceiro fator de riqueza é o Capital (título da principal obra de Marx) que é todo bem que gera outro bem e na atualidade surge o quarto fator, a tecnologia como sendo o conhecimento ou o modo de realizar alguma coisa.

Assim, o sistema econômico em sua representação dos fatores de produção será o trabalho (qualificado e não qualificado), Recursos Naturais ou Natureza e o Capital todos com a tecnologia, que orienta sua conjugação. Sob a direção de organizadores da produção, eles são distribuídos em conjuntos que constituem as unidades produtivas.

Das unidades situadas nos [três setores](#) flui, simultaneamente, uma corrente ou fluxo de pagamentos por serviços prestados (fluxo nominal) e outra de bens e serviços produzidos (fluxo real).

Os [três setores](#) da economia são: o primário ou agropecuário-extrativista; o secundário ou industrial e o terciário ou comércio e prestação de serviço.



O fluxo real do sistema econômico é composto pela transformação dos fatores da produção em produtos que irão satisfazer as necessidades humanas e o fluxo nominal do sistema econômico é composto pela remuneração dos que participaram direta ou indiretamente da produção.

O Fluxo Real (FR) e o Fluxo Nominal (FN) devem ser iguais para um sistema econômico equilibrado. Caso o Fluxo Nominal seja maior que o Fluxo Real, por muito tempo, isso trará um a inflação de demanda. Em caso contrário, se o real for maior que o nominal, haverá uma recessão.

A mais-valia e classes sociais

Para Marx, ligado ao conceito e à prática da extração da mais-valia, constrói-se o conceito de classes sociais o qual não deixou nenhum conceito explícito, mas são considerados grupos sociais antagônicos que se apropriam do trabalho do outro.

A distinção está entre os que possuem e os que não possuem os meios de produção. Logo só existem, basicamente, duas classes sociais: a burguesa que possui os meios de produção, e o proletariado que não possuem os meios de produção, sendo uma simplificação do sistema feudal de produção.

Em algumas passagens Marx usa o termo “pequena burguesia” para designar uma classe em transição, composta pelo pequeno produtor independente, artesão ou camponês, donos dos seus meios de produção.

Em uma simplificação rasa, a proposta de Marx era a eliminação da propriedade privada, como a verdadeira possibilidade de eliminar os antagonismos de classe. Vinculou a existência das classes a determinadas fases da história e do desenvolvimento da produção com consequente

luta de classes. Com o acesso do proletariado (trabalhadores) ao poder, ao longo do tempo, surgiria à ditadura do proletariado e esta não passaria de uma transição para a abolição de todas as classes e a construção de uma sociedade sem classes.

Para esta sociedade seria necessária uma consciência de classe, ou seja, quando o proletariado estiver ciente de seus reais interesses. Mas essa consciência e luta de classes levaria à abolição das classes sociais na construção essencial da sociedade comunista, que é o fim da propriedade privada em geral, mas a abolição da propriedade burguesa [...] em lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos. (MARX; ENGELS 1985, p. 64).

Mas o que faz esta classe burguesa?

Com a mudança dos modos de produção, o trabalhador ou proletariado passou a realizar parte do trabalho que hora era realizado pelos artesões, pela divisão do trabalho e não possuía mais a propriedade das máquinas, equipamentos e ferramentas (capital), bem como não participava do planejamento do processo e nem do produto final, gerando uma total alienação ao sistema econômico que pertencia, transformando a própria força de trabalho em uma mercadoria.

Neste contexto o trabalhador livre vende a sua força de trabalho pelo valor de um determinado salário. O capital, assim como o trabalho assalariado, é uma relação social de produção, com uma forma historicamente determinada de distribuição das condições de produção resultante de um processo de expropriação e concentração da propriedade visto que o capital irá incorporar toda forma de tecnologia ou conhecimento.

Temos que a força de trabalho deveria ser a única mercadoria que pode produzir valor, mas mediante distribuição de parte da renda para o fator trabalho em que o elemento conhecimento (tecnologia) é dividido para diversos proletariados e concentrando o pagamento do capital em conjunto com a tecnologia para a burguesia (empresário) gera uma forma de trabalho excedente que passa a integrar o capital, transformando-se em riqueza, sendo chamado de mais-valia.

Existem dois tipos de mais-valia, a absoluta e a relativa. A mais-valia absoluta é conseguida pelo aumento de horas na jornada de trabalho ou pela intensificação do uso da força de trabalho, ou seja, pelo aumento da jornada de trabalho para produzir mais, e a mais-valia relativa é obtida pela adoção de novas tecnologias (maquinários e/ou especializações profissionais) que diminuem o tempo de trabalho para a mesma produção.

Aqui cabe ressaltar que, se ocorrer a redução do tempo para a produção e inclusão de novas tarefas, volta a ser mais-valia absoluta.

Existe uma diferença básica entre lucro e mais-valia. A mais-valia origina-se somente do trabalhador, já o lucro pode vir de outras fontes com a compra e venda de mercadorias em relação à demanda de mercado.

Modos de produção

O modo de produção é entendido como o conjunto das forças produtivas (estruturais e conjunturais) e o conjunto das relações de produção, na sua interação, num certo estágio de desenvolvimento de determinados grupos sociais ou sociedades.

Muitos autores seguem uma sequência histórica e cronológica para mostrar os modos de produção, a saber: comunismo primitivo; a escravatura; feudalismo; capitalismo; e o socialismo/ comunismo.

Comunismo primitivo: primeira forma de relação na espécie humana foi a tribal, tendo como primeiro estágio de produção (caça, coleta, pesca, pecuária e agricultura) para subsistência e grandes quantidades de terras incultas ou livres, como nos casos das nossas comunidades indígenas. A divisão do trabalho é pequena ou chamada natural, os instrumentos de trabalho são rudimentares com estrutura social limitada. Não existe a figura do Estado. A forma de consciência predominante é o mito ou a forma religiosa.

Escravatura: segunda forma de propriedade mais antiga, resultante da reunião de várias tribos numa só cidade, por contrato ou conquista. Com a necessidade de aumento da produção agrícola e a formação de excedentes econômicos, surge a necessidade da força de trabalho escrava. Surge o poder político e religioso para perpetuar essa forma de dominação representada pelos Estados Imperiais. A escravatura desenvolve-se com o aumento da população e das necessidades com oposição entre cidade e campo e a geração da propriedade privada dos senhores de escravos com a produtividade aumentando gradativamente se comparada ao comunismo primitivo, permitindo ao trabalhador criar um sobre-produto, que é apropriado pelo senhor do escravo. A produção é destinada essencialmente ao consumo local.

Feudalismo: o terceiro modo de produção é o feudal, em que emerge a figura de ex-escravos e/ou homens livres

Classificação dos mercados imperfeitos :

Monopólio

Quando só há um vendedor (Energia Elétrica).

Monopsônio

Quando existe apenas um comprador (Material Bélico).

Oligopólio

Quando existem poucos vendedores (Cimento).

Oligopsônio

Quando poucos compradores (Material Radioativo).

Concorrência imperfeita

Quando existem diversos compradores e vendedores em quantidades diferentes (CEASA)

Utopia é qualquer descrição imaginativa de uma sociedade ideal, fundamentada em leis justas e em instituições político-econômicas verdadeiramente comprometidas com o bem-estar da coletividade.

(camponeses) espalhados no campo em meados do século XV. Com a queda do império romano, a Europa dividiu-se em vários feudos, que eram grandes extensões de terra cultivadas por servos que se erguem como classe produtora. A estrutura feudal da propriedade imobiliária corresponde nas cidades à propriedade corporativa, também conhecida como organização feudal da profissão.

Como principais características do modo de produção feudal, podemos destacar a crescente divisão social do trabalho com produção destinada ao consumo local; divisão da sociedade em duas classes sociais antagônicas: senhores feudais (donos de terra) e servos da gleba (camponeses); propriedade privada dos senhores feudais sobre os meios de produção e propriedade incompleta dos senhores feudais sobre os servos da gleba, pois estes, embora estivessem vinculados aos feudos, já dispunham de mais liberdade, possuíam instrumento de trabalho e outros bens próprios.

Capitalismo: o quarto modo de produção foi o capitalista, que surgiu com base no modo de produção feudal. Sua evolução percorre duas etapas: o capitalismo pré-monopolista e o capitalismo monopolista (imperialismo). O capitalismo pré-monopolista é aquele período do desenvolvimento do capitalismo em que existiu a livre concorrência (quando temos muitos compradores e muitos vendedores), ao passo que no capitalismo monopolista a livre concorrência é substituída pelo monopólio. Tem como características que os modos de produção e distribuição são de propriedade privada, geralmente de uma classe social dominante e minoritária a qual decide sobre oferta, a demanda, o preço, a distribuição e o investimento sem ou pouco envolvimento do governo. Os lucros são distribuídos para os proprietários que investem em empresas ou em suas vidas privadas, e os salários são pagos aos trabalhadores pelas empresas. O capitalismo só vive do sobre-trabalho do operário e acumulação e concentração da riqueza, sendo considerado autofágico (comendo da própria carne ou processo autodestrutivo). O trabalhador pensa que o seu salário é um pagamento justo pela sua jornada de trabalho, mas não entende que ele representa apenas uma pequena parte do que é gerado.

Socialismo/comunismo: é o quinto modo de produção. Cabe ressaltar que o modelo de sociedade comunista nunca foi implementado como sistema predominante, sendo considerado uma utopia. O modo de produção socialista nasceria no interior do modo de produção capitalista. Seu traço característico essencial consistiria na abolição da propriedade privada sobre os meios de produção e o estabelecimento da propriedade social sobre estes.

Um pouco diferente da propriedade coletiva primitiva, gerada pela fragilidade do homem diante da natureza, a propriedade socialista seria o resultado de um grande desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Sendo o proletariado a classe majoritária da população este se organizaria e aspiraria o poder, tomaria o Estado e transformaria as relações sociais. A propriedade socialista dos meios de produção é a propriedade social, a propriedade coletiva dos próprios trabalhadores.

Os entes da sociedade socialista têm em comum os meios de trabalho e os artefatos de trabalho, empregando-os no processo em benefício próprio, com a planificação realizada para o conjunto da economia nacional sendo condicionada à ampla participação das massas trabalhadoras na elaboração e na execução dos planos. O princípio fundamental da etapa socialista é “a cada um, de acordo com a sua capacidade” e o da comunista é “a cada um, de acordo com suas necessidades”.

Fica evidente nas obras de Marx que a cultura é o resultado do trabalho e diferencia o trabalho humano daquele realizado por outros seres vivos, tendo como característica primordial das pessoas projetar e conceber o trabalho antes de realizá-lo e de modificar sua concepção durante sua realização.

A capacidade de trabalho (habilidade, conhecimento e experiência) é ao mesmo tempo característica e condição humana que se formam das relações sociais, familiares, políticas, econômicas e as relações com a natureza. As representações (imagens e linguagens), as instituições (educação, governo, etc), estão diretamente ligadas com a forma pela qual os homens, principalmente no trabalho, relacionam-se para produzir o que necessitam e para se reproduzirem como seres dotados de história e cultura.

À medida que o ser humano desenvolve meios para o seu trabalho e sabe o que irá alcançar no fim deste, ele se desenvolve e imprime a sua marca nas coisas criadas a sua marca. A separação entre o pensar e o executar e a apropriação dos resultados do trabalho por outro que não o trabalhador produz o que Marx chamou de alienação, que tende a obscurecer para o homem o fundamento real da sociedade que é a exploração e a desigualdade.

O trabalho é um processo de ação entre a pessoa e a natureza, em que este espontaneamente inicia, regula e controla as relações materiais entre si próprio e a natureza, modificando-a e se modificando. O trabalho é componente tipicamente humano importante na dialética da vida, com o contato com a natureza ou com a matéria dentro do processo de transformação constante de ambas as partes.



ATIVIDADE

Agora vamos nos exercitar:

Realize uma pesquisa na Internet sobre o trabalho e o lucro nas instituições brasileiras. Escreva um texto de 15 a 30 linhas e publique no moodle. Lembre das referências.

UNIDADE 5

WEBER E A SOCIALIZAÇÃO



A unidade presente traz o pensamento de Max Weber sobre a socialização, estratificação, mobilidade social, linguagem e interacionismo simbólico. São destacadas as sociedades ou organizações burocráticas, com suas principais características e angústias.

Seção 1

O pensamento de Weber

Nesta seção tem-se o pensamento de Max Weber sobre os tipos de sociedade, com ênfase na sociedade burocrática, com suas principais características e angústias.

Max Weber nasceu em 21 de abril de 1864, na cidade de Erfurt (Alemanha). De origem burguesa liberal militou no ramo do Direito com habilitação em Direito Comercial Alemão e Romano, especializando-se nas áreas Econômica e Jurídica. Participou ativamente da vida pública da Alemanha, que se encontrava atrasada industrialmente em relação a outros países da Europa. Colaborou com a redação da Constituição da República de Weimar, em 1919, e teve como obras de destaque:

- A ética protestante e o espírito do capitalismo;
- As relações de produção na agricultura do mundo antigo;
- A ciência e política como vocação;
- Crítica positiva da concepção materialista da história;
- Economia e Sociedade;
- História agrária de Roma e sua significação para o direito público e privado e
- História econômica geral.



FIGURA: Max Weber
FONTE: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Max_Weber_1894.jpg

Weber diferencia-se de Durkheim e Marx quando põe a pessoa como elemento primordial para compreender a realidade social, pois tudo que existe na sociedade é resultado da ação e por consequência da vontade destas, ou seja, é pela ação ou omissão social que é construído o significado subjetivo que orienta o comportamento dos outros, afirmando que a ação social está ligada ao conceito de relação social.

Weber aponta que a pessoa age com a expectativa de que o outro faz da sua ação, observando o caráter coletivo e social das ações e relações. Logo, a ação social é uma conduta da pessoa segundo expectativas de resultados dos outros no contexto social, sendo esta relação uma conduta que envolve múltiplos agentes com conteúdo reciprocamente compartilhado.

Max Weber distingue três tipos de organizações sociais ou sociedades em relação a ações e relações sociais, a saber:

Tradicional: predominam características patriarcais e patrimonialistas, como a família, o clã, a sociedade medieval etc. O tipo de autoridade é por mero hábito, ou seja, pelo costume adaptativo ao comportamento rotineiro, em que os subordinados aceitam as ordens dos superiores justificando que sempre foi a maneira pela qual as coisas foram feitas. Essa autoridade não é racional, pode ser transmitida por herança e é extremamente conservadora.

Carismática: predominam características místicas, arbitrárias e personalistas, como os grupos revolucionários, nos partidos políticos etc. O tipo de autoridade é por mera afeição, ou seja, por dominação puramente pessoal ao indivíduo de quem recebe o comando, em que os subordinados aceitam as ordens do superior justificando a sua influência da sua personalidade e da liderança do superior com o qual se identificam. O poder não é racional, tem forte base emocional e não pode ser delegado ou recebido por herança.

Legal, Racional ou Burocrática: predominam normas organizacionais ou empresariais em uma racionalidade na escolha dos meios e dos fins como nas empresas comerciais, geralmente. O tipo de autoridade é por mero interesse em determinada situação, ou seja, é a obediência motivada pelo cálculo de conveniência do indivíduo, em que os subordinados aceitam as ordens dos superiores com justificativas de concordar com um conjunto de preceitos ou normas que consideram legítimos e dos quais deriva o comando. A obediência não derivada a alguém especificadamente, mas a um conjunto de regras e regulamentos legais preestabelecidos que compõem um cargo.

Burocracia assim é conceituada como um sistema em que a divisão do trabalho é sistemática e corretamente realizada, tendo em vista os fins objetivados. Weber procurou um tipo ideal, um modelo puro de burocracia. Na realidade, nenhum tipo de organização corresponde exatamente ao tipo ideal de burocracia descrito por Weber. Muitas organizações aproximam-se bastante do modelo proposto, como a Igreja, o Exército entre outros, mas não se confundem com ele.

Na obra "[Ética protestante e o espírito do capitalismo](#)", Weber aplica a metodologia compreensiva para explicar o sentido dessas ações sociais das pessoas e a construção da sociedade. Esclarece com o debate da relação entre a religião luterana e o capitalismo, afirmando existir diversas possibilidades de análises da sociedade sem existir uma mais correta do que outra, inaugurando a concepção hermenêutica na Sociologia.

Todas as linhas do protestantismo, com início na Luterana, favorecem o desenvolvimento do capitalismo, com um estilo de vida marcado na disciplina e retirando o pecado sobre a acumulação e o lucro.

A ação de trabalhar é a [ascese](#) no mundo, a qual é praticada pelos protestantes com rigor e disciplina, tendo no seu lema "tempo é dinheiro" gerando um [constructo](#) de estilo de vida de louvor a gêneses de Deus por meio do trabalho, colocando assim em prática suas vocações. Com o passar do tempo, a busca pelo lucro foi desconectada das religiões protestantes e ganhou vida própria, sem desprezar a disciplina como base da ética no trabalho.

Assim, o trabalho é uma forma de glorificação a Deus pela vocação recebida, e a perda de tempo vem a ser o primeiro e principal de todos os pecados, pois toda hora perdida de trabalho é uma hora a menos na glorificação de Deus. Logo, se Deus leva alguém a ter oportunidade de obter lucro, este deve aproveitá-la como único propósito de um verdadeiro cristão de atender ao seu chamado, sendo apenas condenado quando o lucro estiver a serviço da vadiagem ou aproveitamento pecaminoso da vida.

Como a ascese condenava a produção da riqueza privada por desonestidade ou ganância instintiva, ou seja, um fim em si mesma, esta gerou a ascensão da burguesia com base em uma economia racional e a linha de pensamento da ética do capitalismo em obter mais e mais dinheiro, combinando com o estrito afastamento de todo gozo espontâneo da vida, gerando o processo de racionalização da vida e a compreensão do modelo de sociedade capitalista.

Como o capitalismo tornou o trabalho com um fim em si mesmo, afastando-o do sentido religioso para o científico o qual demonstrou que a

[A obra Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo](#) está disponível em: http://www.nesua.uac.pt/uploads/uac_documento_plugin/ficheiro/8db98cff48151daf946fe625988763bfb0737c7e.pdf

[Ascese](#)
Aspiração às mais altas virtudes.

[Constructo](#)
Aquilo que é elaborado ou sintetizado com base em dados

racionalidade aumentada gera o aumento da produtividade, mas gerando com sua expansão uma forma sofisticada de escravidão, provocando no trabalhador um desencantamento do mundo, o que Weber chamaria de uma “**prisão de ferro**” para o homem moderno, pois a modernidade com sua característica racionalização do mundo gerou a possibilidade das pessoas dominarem a natureza por meio da ciência e da técnica, mas trouxe também como consequências negativas a perda de sentido e da liberdade.

Enfim, Weber escreveu que a pessoa, ao libertar-se da mitologia e das explicações teológicas e sobrenaturais ou naturalizadas, torna-se prisioneira de sua própria criação, que ao invés da racionalidade dos meios nos libertarem, e que foi largamente defendido e afirmado pelos iluministas, esta tomou conta da nossa existência, visto que perdemos a capacidade de determinar nossas próprias vidas.

Burocratização da sociedade

Para Weber, a burocracia é além de um processo puro de dominação “racional-legal” e de desencantamento do mundo. Assim, a burocracia é uma organização ligada por normas escritas que se baseiam em uma sistemática divisão do trabalho, com estabelecimento de cargos segundo princípios hierárquicos com fixação de regras e normas técnicas para o desempenho de cada cargo, onde seus ocupantes são escolhidos por mérito e na classificação, e não em preferências pessoais. A burocracia está baseada na separação entre a propriedade e a administração, e para assegurar a liberdade da organização, exige que os recursos estejam livres do controle externo e que seus participantes se caracterizem pela sua profissionalização.

Com o desenvolvimento das sociedades em relação à quantidade populacional e qualidade (conhecimento) populacional, tornam o comportamento humano mais individualizado, gerando a necessidade de uma sociedade ou organizações burocratizadas, que apresentariam as seguintes características:

Maior rapidez nas decisões pela tramitação de ordens de papéis por meio de canais preestabelecidos, com uma hierarquia formalizada e definida de autoridade. Esta seria representada por uma pirâmide com os cargos de maior autoridades no topo, havendo uma previsão na definição destes cargos permitindo delimitar melhor a quem cabe a responsabilidade.

A univocidade da interpretação é garantida pela regulamentação específica e escrita, com uma corrente de comando de cima para baixo, possibilitando que a tomada de decisões seja feita de forma coordenada.

Univocidade

Uma única interpretação para cada comando, ou uma única voz.

As tarefas da organização são distribuídas como “deveres oficiais”, e cada repartição superior controla e supervisiona a que se encontra abaixo dela na hierarquia.

Os critérios de escolha de pessoal para acesso e ascensão na organização baseia –se na capacidade, experiência e competência técnica, como uma separação entre as tarefas de um funcionário dentro da organização e a sua vida externa, e este não tem a posse dos recursos utilizados no trabalho, o que afasta os trabalhadores do controle dos meios de produção. A continuidade da organização é garantida pela substituição do pessoal que é afastado, que são assalariados em tempo integral com cargos hierarquicamente definidos e fixos, constituídos de tarefas e carreira previamente definida com promoções por capacidade e/ ou tempo de serviço.

A informação é discreta, pois é dada apenas a quem deve recebê-la, de forma escrita e hierarquicamente definida como já citado, sendo os procedimentos definidos assim por escrito, o que permite uniformidade, padronização, redução de custos e erros.

Weber apontava que quanto mais a organização se aproximasse do tipo ideal de burocracia (ideal não significa melhor, mas a forma mais pura de organização burocrática) mais eficaz ela seria nos objetivos fins.

Weber, ao estudar as características da burocratização, ficou preocupado com possíveis efeitos alienantes dos trabalhadores mais desqualificados. Como ocupam níveis inferiores, inevitavelmente ficariam reduzidos à realização de tarefas repetitivas e também a sua falta de participação nas decisões com possibilidade do enfraquecimento da democracia.

Seção 2

Comunicação Humana

Nesta seção você encontrará os conceitos de Weber sobre estratificação, mobilidade social, linguagem e interacionismo simbólico.

Nas sociedades contemporâneas as desigualdades entre indivíduos e grupos podem ser consideradas o maior dos problemas a serem enfrentados. O termo estratificação social representa muito bem esta desigualdade, porque ele é definido por questões de religião, descendência, aparência física, etnia entre outras, organizando-se em camadas ou estratos. Nessa hierarquia, os mais favorecidos encontram-se no topo, e os menos, na base.

Em Giddens (2005, p. 234), existe a apresentação de quatro sistemas de estratificação historicamente gerados nas sociedades humanas, a saber:

| A **escravidão** como forma extrema de desigualdade em que pessoas são literalmente propriedade de outros.

| A **casta** associada às questões religiosas e culturais,

principalmente ligadas à crença hindu do renascimento. As pessoas que não fossem fiéis aos rituais e aos deveres de sua casta renasceriam em uma posição inferior na próxima encarnação.

Os **estamentos** estão ligados principalmente ao feudalismo, sendo um sistema de maior mobilidade em relação ao de casta, pois a base está mais na propriedade da terra e não na religião, os quais consistem em estratos que possuem diferentes obrigações e direitos entre si. Na Europa, o primeiro estamento e mais alto era composto pela aristocracia e pela pequena nobreza; o clero formava o segundo estamento; e os plebeus (servos, mercadores e artesãos) compunham o chamado 'terceiro estamento'.

As **classes** podem ser definidas por agrupamento, em larga escala, de pessoas que compartilham recursos econômicos em comum, os quais influenciam profundamente o tipo de estilo de vida que podem levar. A posse de riquezas e a profissão são as bases principais das diferenças de classe.

Percebe-se que no sistema de classe uma pessoa pode passar de uma classe para outra, diferentemente de outros estamentos, não sendo estas dadas por providências legais ou religiosas.

A análise de Weber sobre a estratificação realizada com base na teoria de Marx, considerando que a sociedade é constituída por classes mediante conflitos, sendo o basilar de todos os conflitos de classe os econômicos. Contudo Weber vai além desenvolvendo uma visão multidimensional da sociedade.

A estratificação social para Weber é mais ampla do que a questão de classe, abrangendo também *status* e partido, pois a posição de classe vai mais adiante na questão de ser ou não proprietário dos meios de produção, mais sim, pela "situação de mercado" da pessoa, incluindo, além das posses de bens, o nível educacional e o grau de habilidade técnica. Como exemplo Weber cita que os gerentes dispõem de condições mais favoráveis de trabalho que os operários, ou ainda que os trabalhadores mais qualificados têm maior possibilidade de negociação do que os de menor nível de instrução.

O *status*, na teoria de Weber, está nas diferenças existentes entre grupos sociais em relação ao prestígio e honra, conferidas pelos demais. Os partidos não se restringem a grupos políticos, mas a organizações de pessoas com objetivos e interesses comuns que procuram impor sua vontade a outros, que podem apelar para causas que ignoram as diferenças de classe, podendo afiliar-se em questões

religiosas ou ideais nacionalistas.

A teoria de Weber sobre estratificação trouxe importante contribuição sobre a estratificação de uma sociedade, pois esta vai além da desigualdade de classe e tem como fonte o partido e o *status*.

Cabe lembrar que a estratificação e sua relação com o gênero ficaram de fora de todas as análises, pois a temática sobre gênero e estratificação só entrou na agenda sociológica nos anos 70 do século passado.

Em conclusão, na estratificação temos o conceito de mobilidades sociais, usados para designar mudanças de indivíduos e grupos entre diferentes posições socioeconômicas, ocorrendo de dois tipos; a horizontal ou lateral que se refere a deslocamento geográfico entre bairros, cidades e regiões, e a mobilidade vertical, que se refere ao movimento de subida ou descida dentro da escala socioeconômica.

Como exemplificação sobre a conjugação de mobilidade com desigualdade, temos a pesquisa realizada com base em uma amostra dos chefes de família de todo o Brasil ao longo de várias décadas mostrando que a maioria dos brasileiros sobe pouco na escala social, e a minoria sobe muito. Isso torna a estrutura social bastante dinâmica e, ao mesmo tempo, espichada. Daí a coexistência de mobilidade e desigualdade.

Essa pesquisa ainda revelou dois tipos de mudanças na mobilidade social: a do tipo *estrutural* (mais comum no passado), quando as pessoas subiam na estrutura social porque se abriam novos postos de trabalho e a *circular* sendo aquela em que, para uma pessoa ocupar uma posição mais alta, outra tem de desocupá-la (por troca, aposentadoria ou morte). Logo, a mobilidade social é mais determinada por elementos de competição no mercado de trabalho, o que é comum nos países mais avançados, onde é grande o papel da educação.

Está mudando também a geografia da mobilidade, pois nas décadas de 60 e 70, a ascensão social ocorreu nas grandes metrópoles por questões do avanço do segundo setor da economia (industriais), e na atualidade a mobilidade se desloca para as cidades do interior com a diversificação das atividades da agricultura, do agronegócio, logística, comércio, serviços e indústrias que se mudaram para regiões mais favoráveis. A previsão para as próximas décadas é a manutenção das altas taxas de mobilidade social e uma acentuação da mobilidade circular no interior do País, o que exigirá muita capacidade para concorrer e vencer em mercados mais competitivos, disponibilidade para migração interna e a expectativa de que para subir socialmente deverá decrescer o papel da "herança social", do "pistolão" e do apadrinhamento, e crescer a importância da educação e da competência profissional.

Sociedade e comunicação humana: linguagem e interacionismo simbólico

Weber destacou a importância de se compreender o sentido (ou motivo) dado pelos atores, ao desenvolverem determinada ação social. A ideia de que significados subjetivos e motivos devem ser levados em consideração na análise sociológica foi uma grande contribuição de Weber para a Sociologia clássica e contemporânea.

O interacionismo simbólico [George Herbert Mead (1863-1931)] aparece com a preocupação com a linguagem e o significado, como sustentáculo da nossa consciência e da nossa própria individualidade, tornando-nos capazes de nos vermos de fora, como os outros nos veem.

O elemento-chave neste processo é o símbolo, que é algo representativo de outra coisa que está no exterior, podendo ser representado pela comunicação verbal ou não. Os códigos simbólicos estão dentro de um contexto e compartilhados entre os membros de uma mesma sociedade, como sorrir e cumprimentar um estranho, ao entrar em um ambiente, pois, como já visto nas unidades anteriores, as pessoas dependem de símbolos e conhecimento compartilhado para viverem.

Nossa sociedade é um ambiente ricamente simbólico, potencialmente, todas as interações entre indivíduos envolvem uma troca de símbolos, que pelo interacionismo simbólico podemos estabelecer detalhes da interação interpessoal e como esses detalhes podem ser usados para dar sentido ao que os outros dizem e fazem.

Em uma organização é fundamental para um gestor, antes de suas decisões, analisar as informações obtidas com base em uma abordagem de interacionismo simbólico para compreender os fenômenos sociais que geraram aquela informação.

O estudo do lado subjetivo da vida social esclarece muitas inconsistências entre os dados objetivos oficiais e organizacionais e nos permitem um aprofundamento de nossa compreensão acerca de como a sociedade opera e complementando intuições advindas de análises do nível macro.



SAIBA MAIS

Para encerrar esta unidade, leia o artigo "**As classes sociais do Brasil**" de José Pastore que intersecciona o tema de interacionismo simbólico com o de estratificação e mobilidade social no Brasil.

Disponível em: <http://www.josepastore.com.br/artigos/td/td_004.htm>



ATIVIDADE

Ao final da leitura procure na Internet uma imagem que represente esta temática e publique na ferramenta fórum, mencionando o endereço eletrônico da referência utilizada.

UNIDADE 6

ESTADO MODERNO E POLÍTICA NO ESTADO CONTEMPORÂNEO



Esta unidade reserva ao leitor alguns apontamentos sobre Hobbes, Locke, Montesquieu e Rousseau sobre a origem da sociedade civil e do Estado, noções de constitucionalismo e os direitos fundamentais.

Seção 1

Hobbes e Locke: a origem do Estado e sua organização

Nesta seção trabalharemos em conjunto Thomas Hobbes e John Locke sobre a condição da natureza humana que levou à formação da sociedade civil e a criação do Estado.

Thomas Hobbes (05/04/1588-04/12/1679) foi um matemático, teórico político, e filósofo inglês, autor de *Leviatã* (1651) e *Do cidadão* (1651). Nascido na Inglaterra de pai vigário de Charlton e Westport, cidades próximas de Malmesbury, influenciado pela reforma anglicana e a cisão com a Igreja Católica que em sua autobiografia alegou, “ao nascer sua mãe teria dado a luz a gêmeos: Hobbes e o medo”, pois a mãe estava angustiada com a Armada Espanhola que estava preste a atacar a Inglaterra na época. Seriam estes os contextos motivadores de suas obras.

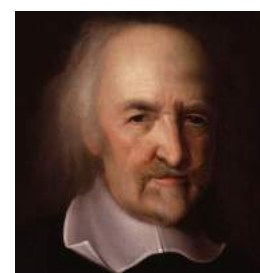


FIGURA: THOMAS HOBBS
FONTE: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Thomas_Hobbes_\(portrait\).jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Thomas_Hobbes_(portrait).jpg)



SAIBA MAIS

Accese a obra *Leviatã* no endereço: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf

Hobbes representante da concepção contratualista de sociedade empresta o termo *Leviatã* de um monstro bíblico (Jó, 40, 20), para representar o Estado ou a Sociedade Civil.

Hobbes possui decisiva influência na construção das discussões em Filosofia do Direito, versa a respeito da origem do Estado e/ou da Sociedade Civil, acreditando que a sociedade era um processo forçado e não natural como estava consolidado na tradição aristotélica: o ser humano como *zoon politikon* (animal social), afirmando que “[...] os homens não tiram prazer algum da companhia uns dos outros (e sim, pelo contrário, um enorme desprazer), quando não existe um poder capaz de manter a todos em respeito”(HOBBS, 2000, p. 108).

As pessoas na condição de animais possuem um estado de natureza competitivo, “se dois homens desejam a mesma coisa, da qual não obstante, ambos não podem desfrutar, eles se tornam inimigos” (HOBBS, 1988, p.108), sendo “o homem é lobo do homem”.

Os seres humanos são naturalmente semelhantes nas capacidades físicas do corpo e do espírito e, também, na esperança de alcançar seus desejos, estando todos em um conflito natural, ou seja, a “guerra de todos contra todos”, pois, para alcançar seus desejos, o outro era sempre uma ameaça, gerando disso uma desconfiança mútua, com um indicativo da brutalidade humana como estado da sua natureza.

Com medo da morte violenta e preocupado em conservar a própria vida o ser humano preventivamente foge ou ataca dependendo da situação e como ressaltava Hobbes: “E a vida do homem é solitária, sórdida, embrutecida e curta” (HOBBS, 1988, p.109), com duas consequências básicas:

1. “Nada pode ser injusto. As noções de certo e errado e, de justiça e injustiça não têm lugar aí. Onde não há poder comum, não há lei; onde não há lei, não há injustiça.” (HOBBS, 1988, p.110).
2. “Não há propriedade, nem domínio, nem distinção entre o meu e o teu; mas será de cada homem apenas o que ele puder pegar e durante o tempo que puder conservá-lo.” (HOBBS, 1988, p.110).

Assim decorrente da condição humana surge um pacto entre as pessoas visto que a organização da sociedade civil se constituía, em Hobbes, em função da necessidade, como é o caso do medo da morte violenta, nascendo o Poder Soberano, o **Estado**, o qual deve se impor o respeito pela força legitimada para resolver todos os conflitos e conter as paixões das pessoas.

Ainda em Hobbes que a igualdade entre os seres humanos é geradora de conflitos constantes e a liberdade definida como: a “ausência de impedimentos externos; impedimentos esses que, com frequência, tiram parte do poder do homem de fazer o que faria,

mas que não podem impedi-lo de usar o poder que lhe restou, de acordo com o que seu julgamento e razão lhe ditarem” (HOBBS, 1988, p.113, capítulo XIV).

A conclusão é que a natureza humana é má e só com o poder do Estado as pessoas são capazes de viver em sociedade.

John Locke (29/08/1632- 28/10/1704) nasceu em Wrington no norte da Inglaterra, filho de um pequeno proprietário de terras. Estudou Filosofia, Ciências Naturais e Medicina na Universidade de Oxford e como Hobbes, Locke frequentou a alta sociedade inglesa e estabeleceu laços com importantes cientistas de sua época. Influenciado pelas obras de Francis Bacon e René Descartes, fundou o **empirismo**, tendo como principais obras:

- Cartas sobre a Tolerância (1689);
- Dois Tratados sobre o Governo (1689);
- Ensaio acerca do Entendimento Humano (1690);
- Pensamentos sobre a Educação (1693).

Entre os pontos centrais da argumentação de Locke, podemos destacar as noções de: Estado de Natureza; Propriedade; Trabalho; Dinheiro; Lei; Liberdade e Licença; Consentimento; Divisão de poderes; e Prerrogativa.

Hobbes e Locke concordam que as leis naturais são ditames da razão, porém Locke crê que o estado de natureza está no interior de toda pessoa. Neste estado da natureza encontramos a igualdade que todos têm de liberdade para disponibilizar seus bens e regular suas ações “conforme acharem conveniente, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem” (LOCKE, 1988, p. 35), não sendo, portanto um estado ruim ou bom, mas onde qualquer um tem o direito de castigar os transgressores da lei da natureza.

Frente a essa situação Locke apresenta não ser razoável que uma pessoa seja seu próprio juiz, gerando a necessidade da criação de uma autoridade externa, imparcial e impessoal em que geraria o Estado ou governo civil que julgaria as pessoas frente aos inconvenientes do estado de natureza.

O segundo tema a ser enfrentado no liberalismo clássico é a propriedade, que não são apenas os bens adquiridos pelo indivíduo, mas também sua própria vida e sua liberdade. Mas, para se apropriar ou para ter direito à posse da propriedade, só mediante o trabalho, que na época era com base no agro-pecuário-extrativismo.

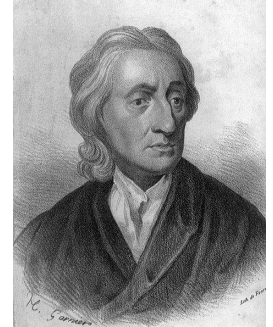


FIGURA: JOHN LOCKE
FONTE: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Locke-John-LOC.jpg>

Empirismo
Teoria que afirmava que o conhecimento era determinado pela experiência, tanto de origem externa, nas sensações, quanto interna, a partir das reflexões.

Logo, a propriedade ou fator terra em união com o trabalho gerou uma nova perspectiva para o estado da natureza que apenas dava a cada pessoa o direito de apropriar-se somente daquilo que é necessário à sua subsistência, não existindo a acumulação.

Escambo é o nome que se dá à troca de mercadorias ou produtos por outra mercadoria ou produto.

O trabalho humano agregado à terra aumentou sua produtividade (fase da economia agrícola ou primária) passando as pessoas a realizar **troca de mercadoria** em determinado local que seria chamado de mercado. Com a frequência dessa comercialização surgiu a necessidade de um produto intermediário de fácil transporte e estocagem e principalmente que pudesse ser divisível, podendo ser um equivalente universal aceito: a moeda ou dinheiro.

Com a existência de estado de natureza, propriedade e dinheiro surge a necessidade de um leme ou direção orientadora, nascendo a temática da Lei, que para Locke (1988, p.56), “a lei, em seu significado verdadeiro, é não só a limitação, mas a direção de um agente livre e inteligente para o seu próprio interesse e não prescreve mais do que importa no bem geral dos que estão sob essa lei,” em que percebesse que a Lei é algo emancipador e não elemento que restringe e aprisiona; algo que simplesmente limita a liberdade.

Locke dá continuidade à ideia de contrato social surgida em Hobbes. Mais adiante, Rousseau também o faria. Eis por que estes três autores são comumente chamados de contratualistas.

Mas cabe ressaltar que a economia independe do Estado ou de um governo. A história nos mostra, no entanto, que a economia é parte vital da sociedade e está intimamente ligada à política. Estas colocações estão expostas na teoria do Estado que Locke no Segundo Tratado, se confronta com a definição de lei dada por Hobbes.

Com a Lei surgem as questões da liberdade e licença em Locke (1988, p.57), sendo que Licença é a liberdade entendida erroneamente como a capacidade de “qualquer um fazer o que bem lhe apraz” e a Liberdade verdadeira é a liberdade “de dispor e ordenar, conforme lhe apraz, a própria pessoa, as ações, as posses e toda a sua propriedade, dentro da sanção das leis sob as quais vive, sem ficar sujeito à vontade arbitrária de outrem.”

Quando as pessoas criam uma sociedade civil pretendem garantir suas liberdades e não privá-la. Assim é necessário para a constituição legítima de uma comunidade política o consentimento de cada pessoa pretendente, existindo dois tipos de consentimento, o unânime e o de maioria, ou seja, o consentimento unânime é necessário especialmente para que uma sociedade civil seja fundada para que ela funcione, se mantenha e progrida, não é necessário que todas as tomadas de

decisões políticas tenham um consentimento unânime, mas apenas um consentimento da maioria.

Como Maquiavel, Locke realiza a distinção entre as formas puras de governo: monarquia (um governa), aristocracia (alguns governam) e democracia (a maioria governa) e pretende estabelecer o conceito de divisão de poderes, a saber; um poder legislativo, que é responsável por elaborar as leis, e um poder executivo, ao qual cabe aplicar a lei. Ainda existiria um terceiro poder, o federativo, responsável pela segurança e pelas relações exteriores, sem citar um poder judiciário, pois entendia que a sanção jurídica das infrações também é uma maneira de aplicar a lei, e, por isso, corresponde ao poder executivo, que, neste caso “tudo quanto se fizer manifestadamente para o bem do povo e para o estabelecimento do governo sobre bases verdadeiras é e sempre será prerrogativa justa.” (LOCKE, 1988, p. 98).

Assim o Estado, por meio do executivo, como representante da sociedade civil organizada, possui a prerrogativa de poder fazer uso da força para cumprir a Lei.

Em síntese com a teoria de John Locke, podemos concluir que, em sua perspectiva, o Estado é apenas um instrumento à mão do povo para que este possa garantir seus direitos naturais, que ao constituírem uma sociedade e submeterem-se a uma autoridade comum, não perdem a liberdade, mas sim apenas sob o império destas leis que a liberdade se dá.



Seção 2

Montesquieu e Rousseau: a formação da sociedade civil

Nesta seção trataremos dos fundamentos de Charles-Louis de Secondat (Barão de Montesquieu) e Jean-Jacques Rousseau sobre a formação da sociedade civil e suas formas de organização.

Montesquieu (Charles-Louis de Secondat), nasceu em 18/01/1689, em Bordeaux, na França e faleceu em fevereiro de 1755. A mãe era de origem inglesa e o pai de família nobre francesa, possuía o título de barão na França do século XVIII, era escritor e político francês, tendo governado La Brède (uma pequena cidade ao sul de Bordeaux, capital da província da Gironda).

Sua primeira obra importante não foi científica ou filosófica, mas literária: *Cartas Persas*, de 1721. Sua principal obra foi *O Espírito das Leis*, de 1748, na qual defendeu sua principal tese, afirmando que as leis são reflexos da sociedade e dos seus costumes, mas também se dedica a comentar formas de governo, os quais são:



CHARLES MONTESQUIEU FONTE: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Montesquieu_1.png

a) O **governo despótico** é aquele Estado no qual um senhor absoluto domina sozinho os súditos de maneira incontestada.

b) O **governo republicano**, diferente da tradição, Montesquieu considera que tanto uma democracia quanto uma aristocracia pode ser entendida como república. Na república, o povo (em sua totalidade ou em parte) é soberano e legislador e pode exercer seu governo diretamente (democracia) ou mediante intermediários (aristocracia).

c) O **governo monárquico**, existindo a absoluta em que o rei esta acima das leis e a gótica em que o monarca governa não de forma absoluta mas com base em leis fundamentais (às quais o próprio rei está sujeito) e com o auxílio de poderes intermediários: a nobreza, o clero e os magistrados.

Assim como Hobbes e assim como todos os principais pensadores políticos, Montesquieu se refere às paixões humanas ou molas propulsoras, que motivam os governos. Essa paixão que impulsiona qualquer forma de governo foi de virtude cívica que seria sinônima de um amor pela república ou pela pátria, isto é, um desejo de ver a nação próspera, saudável politicamente, o que acarreta a pureza dos costumes.

Além da virtude cívica existiriam outras molas para cada forma de governo, a saber:

1) A mola do governo aristocrático (a outra possibilidade da república) é a moderação. O corpo de aristocratas deve ter equilíbrio no exercício do poder, ou seja, deve controlar-se. Uma aristocracia deve ser marcada pela polidez nas atitudes, nas tomadas de decisão, nas reflexões e posturas.

2) Na monarca a mola seria a honra, pois um governo monárquico pressupõe preeminências, categorias e até mesmo nobreza de origem, ou seja, o monarca, levado pelas vaidades da nobreza, jamais põe em jogo a sua honra, e isto desde que ele tenha virtude cívica, que o levará a querer garantir a saúde de seu Estado.

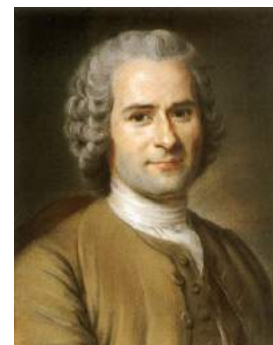
3) A mola do despotismo é o medo, pois todos respeitam o senhor, porque todos temem o senhor. No despotismo, todos permanecem sob o jugo do regime de terror do senhor. As virtudes de um déspota consistem nas suas qualidades terroristas.

Mas a mais famosa contribuição de Montesquieu está na altura do 11º livro do *Espírito das Leis*, quando apresenta uma quarta espécie de governo, com a separação dos poderes executivo, legislativo e judiciário com liberdade política e independência, sendo a liberdade política entendida como “o direito de fazer tudo o que as leis permitem”, o que é diferente de fazer o que se bem quer, sendo esta liberdade incondicional de agir conforme a própria vontade, sem nenhum regramento, considerada independência.

Enfim, a teoria montesquiana propõe uma monarquia constitucional, a qual se difere da gótica por estar estruturada sobre três poderes: o legislativo, o executivo e o judiciário, tendo uma fórmula que o poder freie o poder.

Rousseau e o contrato social

Jean-Jacques Rousseau nasceu em 28/06/1724 em Genebra-Suíça e faleceu em 02/07/1778 em Ermenoville-França, criado pelo pai, um relojoeiro calvinista, foi teórico político, músico e escritor, tendo se destacado como um dos protagonistas do Iluminismo francês e um dos principais precursores do Romantismo. Sua obra, além da Ciência Política, tem grande repercussão na Educação, na Literatura e na Música.



JEAN JACQUES
ROUSSEAU
FONTE: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rousseau.jpg?uselang=pt-br>

A produção de Rousseau foi vasta, entretanto nos apropriaremos de duas: o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, de 1753, e o *Contrato social*, de 1762. Estas proveem a base de toda a discussão: o indivíduo, mesmo quando Rousseau fala em sacrificar a individualidade a favor da comunidade, ele visa o bem-estar do indivíduo, certo de que os indivíduos só podem chegar à felicidade como membros de uma comunidade, apesar de todos os inconvenientes que isto lhes traz.

A verdadeira felicidade para Rousseau consiste, primariamente, no simples gozo da existência ou estado de autarquia que é perdido quando vive em sociedade, assim o desafio está em reparar a injustiça da sociedade atual e conceber uma ordem social que proporcione aos homens um estado de felicidade, se não igual, semelhante àquele existente no estado de natureza.

O estado de natureza possui dois amores: o amor em si mesmo e o amor-próprio. O amor de si mesmo é “um sentimento natural que leva todo animal a velar pela própria conservação e que, no homem dirigido pela razão e modificado pela piedade, produz à humanidade e a virtude” ligado

à conservação (ROUSSEAU, 2000, p. 146), e o amor-próprio está ligado àquele “desejo universal de reputação, de honrarias e de preferências que nos devora, que excita e multiplica as paixões.” (ROUSSEAU, 2000, p. 111) ligado à vaidade.

Rousseau cita que o que leva ao abandono do primeiro sentimento é nossa tendência à perfeição (a perfectibilidade), sendo esta a fonte de todos os males, visto que ela faz com que as pessoas deixem de se preocupar com o simples gozo da existência e passem a sofisticar-se, deixando dois rumos possíveis: a felicidade ou a miséria humana.

Rousseau não pretende anular as paixões humanas, mas antes tornar os homens senhores de suas paixões, a fim de direcioná-las ao bem da comunidade. Assim, trabalha outros dois conceitos: os de **liberdade** e **propriedade**:

Frase de Rousseau que simboliza bem o conceito de **liberdade**: “Os cidadãos só se deixam oprimir quando, levados por uma ambição cega e olhando mais abaixo do que acima de si mesmos, a dominação torna-se-lhes mais cara do que a independência e quando consentem em carregar grilhões para por sua vez poder aplicá-los.” (ROUSSEAU, p. 110).

a) Liberdade é a ausência de dominação, e não apenas como uma ausência de impedimentos externos.

b) Propriedade é a posse, o uso e fruto de coisa móvel e imóveis extraídas da natureza pelo trabalho, onde ocorre a causa de toda a desigualdade na sociedade civil para Rousseau.

Embora ingênuos os pensamentos de Rousseau sobre a concepção de sociedade civil, esta não deixa de ser inspiradora e interessante. As ideias trazidas até aqui estão contidas no Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens, mas é na teoria do Estado que encontramos o tema principal focal que é o **Contrato social**.

Contrato Social é a legitimidade das instituições políticas, que mantêm “a ferros” o homem, que “nasce livre” (ROUSSEAU, 1999, p. 53).

O contrato social consiste na “alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, à comunidade toda”. Surge assim “um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quantos são os votos da assembleia e que, por este mesmo ato, ganha sua unidade, seu eu comum, sua vida e sua vontade.” (ROUSSEAU, 1999, p. 71).

Portanto, cada membro do corpo político, isto é, cada indivíduo da comunidade, é soberano no momento em que toma as decisões em assembleia, e é súdito no momento em que cumpre o que foi determinado pela assembleia soberana.

Um axioma é uma premissa ou extensão imediatamente evidente de alguma coisa que se admite como universalmente verdadeira sem exigência de demonstração, assim a pessoa ao alienar-se à comunidade, transfere por axioma a ela todos os seus bens, inclusive o maior deles: sua própria vida. É por isso que a vida dos cidadãos é tida como responsabilidade do Estado.

Neste momento Rousseau enfatizou assembleia popular como uma importante instituição política. Quando as pessoas se reúnem para tomar as decisões ligadas à vida comum (assembleia) isto representa um elemento essencial do modelo de sociedade civil. Ao enfatizar a assembleia como instituição, Rousseau salienta que as decisões tomadas por ela devem seguir a vontade geral, e não necessariamente a vontade de todos.



ATIVIDADE

VAMOS TRABALHAR UM POUCO?

Realize uma pesquisa sobre a vontade geral e a vontade de todos em Rousseau e crie um exemplo de um conflito entre elas, em um texto de no mínimo dez e no máximo 30 linhas, postando na ferramenta Fórum.

As modernas democracias devem em muito às ideias de Rousseau. A existência de uma ordem social é algo que Rousseau admite ser superior ao indivíduo, algo que existe mesmo antes que a humanidade pudesse manifestar consciência, e que, por isso, constitui uma convenção incontestável ou axioma de sua teoria.

Em conclusão, temos que a ordem social é uma convenção universal que passa por uma reflexão histórica das diversas formas que a ordem social assume ao longo dos tempos, incluindo a família, grupos e governo em um jogo de forças politicamente legítimas por meio do pacto social.

UNIDADE 7

**O CONSTITUCIONALISMO
E OS DIREITOS
FUNDAMENTAIS**



Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade. Declaração Universal dos Direitos Humanos

Seção 1

O Constitucionalismo, o Estado de Direito e os direitos fundamentais

Nesta seção será apresentada a construção histórica dos direitos fundamentais.

O constitucionalismo surge como um movimento político e jurídico histórico visto na unidade anterior, que busca, por meio de uma constituição, fixar os parâmetros para o exercício do poder estatal pelo governante.

Diversos documentos antigos mencionam a Carta Magna de origem teocrática, mas em verdade o movimento constitucionalista se consolida com as constituições dos Estados Unidos da América (1787) e da França (1789). De origem liberal davam privilégios ao indivíduo e à liberdade, protegendo das intervenções estatais. Cabe destacar os períodos de exceção das duas grandes guerras (entre 1914 e 1945).

O Estado de Direito tem sua origem em um conceito liberal em oposição ao Estado Monárquico, liberando os cidadãos do rei, com as seguintes características:

(a) submissão ao império da lei como ato emanado formalmente do Poder Legislativo composto de representantes do povo;

(b) divisão de poderes, que separe de forma independente e harmônica os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, como técnica que assegure a produção das leis ao primeiro, e a independência e imparcialidade do último em face dos demais e das pressões dos poderosos particulares;

(c) enunciado e garantia dos direitos individuais.

Existem diversos conceitos para Estado de Direito, mas modernamente, temos o “Estado Democrático de Direito”, presente no art. 1º de nossa Constituição, que tem por objetivos aqueles constantes do art. 3º dos objetivos fundamentais, a saber; I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Os direitos fundamentais

Direitos humanos e direitos fundamentais são expressões comumente tomadas por sinônimas, embora alguns autores entendam que se deva estabelecer uma distinção entre elas, sendo direitos humanos válidos para todos os povos e em todos os tempos de caráter inviolável, intemporal e universal e os direitos fundamentais são garantidos e limitados espaço-temporalmente, assim direitos objetivamente vigentes numa ordem jurídica concreta.

Com as duas Grandes Guerras, que representaram um período histórico de exceção caracterizado por todo o tipo de violação dos direitos humanos, os países reunidos em assembleia após a última, na Organização das Nações Unidas (ONU) entenderam necessário fixar parâmetros que deveriam ordenar as relações entre as pessoas, garantindo o reconhecimento da existência das pessoas sem ameaças pelas ideologias políticas e pelo sistema jurídico de algum país.

Os direitos fundamentais são resultado de uma lenta evolução que perpassa os séculos, com origem desses direitos no cristianismo primitivo, pois havia uma dignidade inerente ao ser humano pela semelhança com Deus, assim associando-os à origem religiosa.

Outra associação dos direitos fundamentais está no chamado jusnaturalismo que, se a natureza poderia ser entendida por leis físicas, o direito poderia ser entendido por leis jurídicas, entendido este como um

direito válido e universal para todos.

Mesmo sendo questionado por monarquias absolutistas e ditaduras surgem junto ao direito à vida e às liberdades, os direitos políticos constituindo a chamada **primeira geração de direitos**: os direitos da liberdade.

Em um recorte histórico temos a Revolução Industrial que fez surgir um regime de exploração intensiva, no qual as pessoas eram submetidas a extensas jornadas de trabalho que causavam lesões até à morte por exaustão. Tal fato consistia em uma exploração do homem pelo homem, ou, como preferem alguns, do trabalho pelo capital. As liberdades da primeira geração, entre elas a de contratar, passam a se prestar à exploração, uma vez que todos os cidadãos eram livres, inclusive para se submeter a tal regime.

Associando outros fatores como o êxodo rural e a pressão dos trabalhadores, gerou uma pressão nos governantes a estabelecer um regime legal que garantisse à população o mínimo necessário para usufruir das liberdades que já havia adquirido. Esses direitos foram reconhecidos em algumas constituições pelo mundo, como por exemplo, a Constituição Mexicana, de 1917, a Constituição de Weimar, de 1919, na Alemanha e a Constituição Brasileira, de 1934, que promoviam um “Estado de Bem-Estar Social” (Welfare State), que pretendia reduzir as desigualdades e atender aos mais necessitados.

Caracterizavam-se pela atuação do Estado para a garantia de direitos e serviços como moradia, educação, saúde e assistência social, originando uma **segunda geração de direitos**, os chamados direitos da igualdade, que, com os de primeira geração, os direitos sociais assegurados com a atuação do Estado tornaram-se essenciais à sobrevivência da sociedade.

Porém, em sua execução, muitos Estados passaram a não conseguir gerenciar essas quantidades de direitos em relação a uma burocracia imprópria e antiga, tornando-se ineficiente e fazendo surgir um movimento pela redução da participação do Estado na economia e na sociedade, mediante algumas estratégias como a venda de empresas estatais (privatização) e redução da legislação protetiva das relações de trabalho (flexibilização), como uma ideia de Estado Subsidiário.

No Estado Subsidiário a ação só ocorreria quando a sociedade não conseguisse resolver suas dificuldades. Seria o chamado Estado Democrático de Direito Social, com respeito aos direitos das gerações de direitos anteriores, mas exigindo a responsabilidade da coletividade para manutenção desses direitos, atrelada ao princípio da solidariedade, com grupos sociais organizados colaborando com o Estado.

Este Estado Subsidiário gerou a **terceira dimensão direitos**, os chamados direitos da fraternidade, que estimulam e favorecem a instalação e participação de organizações não governamentais, para garantir direitos específicos, como por exemplo, a proteção ao meio ambiente e ao consumidor.

Além dessas três gerações, identificadas com as três diretrizes da Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade), Manoel Gonçalves Ferreira Filho, no livro Direitos Humanos Fundamentais (2003, p. 1-69), aborda as três gerações de Direitos Humanos, da seguinte forma:

1ª geração - fundamentada em liberdades públicas;

2ª geração - fundamentada em direitos econômicos e sociais;

3ª geração - fundamentada na solidariedade.

Contudo existem outros autores que citam uma quarta geração de direitos, como em Norberto Bobbio, no livro A Era dos Direitos (1998, p. 1-14), a saber:

1ª geração - fundamentada na liberdade;

2ª geração - fundamentada nos direitos sociais;

3ª geração - fundamentada nos problemas difusos, inclusive movimentos ecológicos.

4ª geração - fundamentada nas pesquisas biológicas e manipulações genéticas.

Esta última ou uma quinta geração ou dimensão de direitos estaria associada à globalização dos direitos, considerados os seres humanos como habitantes de um único planeta, sendo a democracia, o pluralismo e o direito à informação valores universais, necessitando ressaltar que esta classificação não estaria consolidada, mas seria considerada como geração ou dimensão dos direitos da universalidade.

Os direitos fundamentais possuem características comuns imprescindíveis, que não podem deixar de ser mencionadas:

a) **Historicidade**: são produtos de um período histórico, que nascem, se desenvolvem e podem desaparecer.

b) **Inalienabilidade:** são direitos sem valor patrimonial que não comportam transmissão. Todas as pessoas são titulares deles.

c) **Imprescritibilidade:** a prescrição não pode alcançá-los, pois nunca deixam de ser exigíveis. Não desaparecem com o transcurso do tempo de vida da pessoa.

d) **Irrenunciabilidade:** Não pode haver renúncia. Pode não exercitá-los, mas não pode abrir mão de sua titularidade.



Seção 2

Direitos e garantias fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil

Nesta segunda seção são apresentados os direitos à vida, liberdade, igualdade, solidariedade, propriedade e privacidade na constituição brasileira.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 reúne em cinco grupos os direitos e garantias fundamentais:

1. Dos Direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º)
2. Dos Direitos sociais (art. 6º - 11)
3. Da nacionalidade (art. 12 - 13)
4. Dos Direitos políticos (art. 14 - 16)

Dentre os direitos e deveres individuais e coletivos, destacaremos os que seguem:

1) Direito à vida

A definição de vida assim como a definição de morte são conceitos apropriados pelo universo jurídico com base na biologia, pois, sobre eles,

[Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#)

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

incide um sem número de implicações jurídicas. Deve-se destacar, ainda, que a ideia de morte e de vida está diretamente relacionada com conceitos religiosos que foram sendo absorvidos pela sociedade com o passar dos séculos.

A vida humana, objeto de proteção do art. 5º, constitui a fonte dos demais bens jurídicos, sem a qual não poderia exercê-los. Além de o indivíduo (que não pode ser dividido) ser dotado de condição particular, o ser humano goza do conceito jurídico de pessoa, detentora de direitos e obrigações.

O ser humano existe para ser sujeito de direitos e não objeto. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 inscreveu esse princípio como um de seus fundamentos, deixando clara a posição de protagonismo que o indivíduo ostenta no sistema jurídico brasileiro (art. 1º, III). Dessa forma, o direito à vida não subsiste somente como o direito a uma existência biológica em sociedade, mas possui um significado muito mais profundo.

Em verdade, além dos grupos de direitos que protegem a existência (estar, permanecer e lutar para continuar vivo), o direito à vida abrange ainda o direito à integridade física (evitar a agressão e a tortura) e à integridade moral (valor ético-social individual ou familiar).

2) Direito de liberdade

A ideia de liberdade aqui estabelecida não significa a possibilidade de se fazer o que aprouver a cada um, mas de optar entre as escolhas para o exercício de sua existência sem interferência anormal ou abusiva, restrita ao mínimo necessário para garantir a convivência em sociedade.

O uso da expressão "liberdades" não indica que existam várias liberdades, mas trata-se de uma expressão de uso corrente para classificar suas formas, facilitando seu estudo, uma vez que a liberdade é uma, decorrente do princípio fundamental de que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei." (Art. 5º, II).

As liberdades podem ser agrupadas da seguinte forma:

- a) liberdade da pessoa física (locomução e circulação);
- b) liberdade de pensamento, com todas as suas liberdades (opinião, religião, informação, artística, comunicação do conhecimento);
- c) liberdade de expressão coletiva em suas várias formas (de reunião, de associação);
- d) liberdade de ação profissional (livre escolha e de exercício

de trabalho, ofício e profissão);
e) liberdade de conteúdo econômico e social

3) Direito de igualdade

A representação constitucional do direito de igualdade busca impedir a discriminação, tomando por base os preconceitos que a própria Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com intuito de evitá-los, enumera no seu art. 3º, parágrafo IV, bem como aqueles sofríveis em um ambiente de trabalho, conforme o art. 7º, parágrafos XXX e XXXI.

No âmbito da discussão da igualdade, acontece o choque entre duas posições distintas: os que sustentam que a desigualdade é uma característica do universo, também retratada nos seres humanos, e os que sustentam a igualdade entre os humanos, pois negar o fato seria negar a existência da própria espécie, sendo que as desigualdades existentes (físicas e políticas, dentre outras) não afetam essa igualdade.

O legislador constituinte adotou a teoria da igualdade formal ("perante a lei"), porém essa interpretação não pode ser realizada de maneira puramente nominalista, uma vez que o raciocínio sistemático deve levar em consideração o cumprimento de seus fundamentos e objetivos constantes, respectivamente, do art. 1º e 3º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Assim, plenamente justificável a ideia de "tratar os desiguais com desigualdade", quando isso atender às finalidades do texto constitucional.

Art. 3º - IV: Origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 6º - XXX: Diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Art. 6º - XXXI: Discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

Um exemplo é a determinação para reserva de percentual destinado a pessoas portadoras de deficiência no serviço público (art. 37, VIII).

Embora esse exemplo diga respeito a uma situação particular, cuja edição de norma infraconstitucional é estabelecida de forma objetiva, o texto constitucional não é somente destinado ao cidadão, mas também deve ser observado pelo legislador, que, ao elaborar as normas, não poderá desatender aos seus ditames sob pena de incorrer em inconstitucionalidade.

4) Direito à privacidade

O fundamento deste direito é expresso no inciso X do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

Um pouco de história

No final do século XIX, no ano em que começaram os grampos telefônicos nos EUA, os juristas Samuel D. Warren e Louis D. Brandeis defenderam a tese de que, com os avanços tecnológicos que se avizinhavam naquela época, em pouco tempo haveria necessidade do estabelecimento de um novo direito, uma vez que correríamos o risco de ver “o que foi sussurrado nos quartos ser proclamado nos telhados”. Tal direito, segundo eles, seria denominado direito à privacidade, identificando-o com uma afirmação de outro magistrado norte americano, chamado Cooley, que estabeleceu ter o homem o direito de simplesmente “ser deixado em paz”. Desta forma, as questões que afetam o indivíduo em sua seara particular poderão ser divulgadas por ele quando assim o desejar, mas tal decisão não poderá dele ser subtraída por terceiros. Impede, com isso, a investigação ilegítima e o conhecimento pelo público de questões relevantes da vida pessoal ou familiar sem o consentimento do interessado, situações cada vez mais comuns em nossa vida cotidiana.

Tendo em conta a ideia de que a intimidade é um campo na vida do indivíduo em que este tem o poder de evitar a ingerência de terceiros, poderíamos fazer menção ao direito a sigilo da correspondência, segredo profissional e inviolabilidade do domicílio, garantido pela Constituição. O direito à honra e à imagem das pessoas não se encerra somente na vida privada. Ao contrário, é muito mais exercido no corpo da sociedade, como afirmação de um direito de personalidade.

Isso porque a honra é resultante de um conjunto de atributos que qualificam a pessoa perante os demais membros da coletividade. É a garantia de seu “bom nome” ou “boa fama”, como se dizia em outras épocas.

Isso abrangeria também o direito de imagem, pois a pessoa pode não querer sua imagem associada a esta ou aquela situação em desacordo com sua vontade, ou mesmo não querer sua imagem divulgada. Com o desrespeito aos direitos da privacidade, surge o direito à reparação civil, sem embargo da sanção penal naquelas condutas que constituem crime.

5) Direito de propriedade

O direito de propriedade consiste no direito absoluto do proprietário sobre alguma coisa, tendo por consequência a vedação do exercício da propriedade de outros sobre referido bem. É um dos institutos cuja origem está vinculada à ideia de direito privado, o qual se originou do direito romano, ou, pelo menos, foi influenciado por ele.

Na sociedade romana a religião era doméstica, tendo seus cultos aos mortos e propriedades; em razão disso, a transferência de propriedade imobiliária deveria ser, exclusivamente, pela sucessão. Tempos depois, quando essa religião perdeu parte de sua força, e os interesses apontavam para outro caminho, estabeleceu-se um procedimento para que esta terra pudesse ser alienada, embora, por um bom tempo, a propriedade tenha guardado uma dimensão religiosa e absoluta do direito de propriedade (exercício de poder de alguém sobre alguma coisa), reduzindo sua influência à medida que o direito público ganhava força.

O texto constitucional afasta-se da ideia de direito absoluto, sem o cumprimento de nenhum requisito, para exigir uma contrapartida do titular do direito, sob pena de não poder exercê-lo ou até mesmo perdê-lo.

A relativização do direito de propriedade atende aos objetivos constitucionais de combate à pobreza e garantia de desenvolvimento, entre outros, criando um parâmetro ordenador de sua exploração, por vezes contrário ao interesse de proprietário.

A reunião dos incisos XXII e XXIII (garantia do direito de propriedade) fixa o núcleo fundamental do instituto, que deve ser observado de maneira distinta, conforme sua utilização econômica e posicionamento geográfico. As normas infraconstitucionais observam a disposição constitucional, mas criam distinção entre propriedades urbanas, rurais, empresariais e particulares sem finalidade econômica, uma vez que cada qual tem uma função distinta no âmbito social.

Além da propriedade de bens imóveis, normalmente o tipo mais conhecido, o artigo incide também no direito sobre obras de produção intelectual, assim como marcas e nomes de empresa.



ATIVIDADE

Comente a expressão “tratar os desiguais com desigualdade” (sistema de cotas para indígenas e afrodescendentes, acessibilidade, inclusão entre outras) em um texto de 5 a 10 linhas na ferramenta Fórum do Moodle.

UNIDADE 8

TEMAS DE INFORMAÇÃO E SOCIEDADE NAS RELAÇÕES AMBIENTAIS



Nesta unidade você observará que temas da atualidade são enfrentados pelos Gestores da Informação e outros profissionais como a globalização e as crises ambientais.

Seção 1

Globalização e as megatendências

Nesta seção abordaremos a Globalização e suas decorrências positivas para o comércio, educação, profissões entre outras, mas também as negativas como aumento das desigualdades, pobreza, violência e Segurança Pública.

Com a Globalização desponta gradualmente a necessidade de se buscar um diálogo entre as diversas áreas do conhecimento para a busca de soluções em um mundo de constantes mudanças, em que de um lado se exige alto conhecimento específico em determinado ramo para exercer o trabalho e, de outro lado, uma cultura geral abrangente para o desenvolvimento da cidadania e boa capacidade de adaptação às mudanças.

Os profissionais da educação, em relação ao futuro mercado empregador de nossos alunos, podem pensar: se já houve períodos de mudança na tecnologia, forças irregulares, países se industrializando e as empresas de um modo geral não faliram, como poderão falir agora? E qual o futuro do mercado para nossos alunos? Será um mercado com cargos mais especializados ou mais generalistas? Tofler acredita que muita coisa está mudando, sendo preciso ser “cego” para ignorar que algo

extraordinário está acontecendo a todo o nosso sistema de vida, em que se inclui o sistema educacional, pois nunca, dentro de tão pouco tempo da história humana, houve tanto desenvolvimento e descobrimento no universo em que vivemos.

Essa mudança rápida no mercado de trabalho, nos campos do conhecimento e nas próprias regras gerais, no momento em que se projeta contra a sociedade e a economia, irá mostrar a primeira regra de sobrevivência, que é repetir a fórmula de sucesso anterior, como lembra Mc CLELLAND *apud* HAMPTON (1990, p.168): o indivíduo, diante de um problema, tende a adotar um dado padrão de comportamento que se mostrou adequado em outra situação. Desse meio nada é mais perigoso do que o sucesso de ontem. Isso vale para todos os que gerenciam qualquer tipo de sistema e empresas em geral, os quais utilizam sempre os mesmos hábitos que ajudaram a alcançar o sucesso, contudo esses hábitos tornam-se contraproducentes em um mundo com mudanças de regras e de paradigmas.

O tripé da mudança está na Globalização, Comunicação instantânea de longa distância (INTERNET) e desenvolvimento autossustentável. Trabalharemos um pouco sobre a Globalização neste momento sobre uma visão sobre as pessoas que formam as sociedades do planeta Terra.

Em uma visão global do planeta em que vivemos com uma aproximação do que somos, poderíamos imaginar que o planeta fosse uma pequena aldeia com 100 (cem) habitantes representando os mais de 7 bilhões. Mantendo as proporções existentes na atualidade, seríamos compostos de 57 asiáticos (incluindo as ilhas Oceânicas), 21 europeus, 14 americanos e 8 africanos.

Quanto a gênero, etnias e religião podemos relatar que seríamos 48 do gênero masculino e 52 do gênero feminino, sendo apenas 30 caucasianos (brancos), 70 não seriam cristãos e teríamos 11 homossexuais confessos.

Quanto à educação, 70 não saberiam ler (30 alfabetos e 40 semi-alfabetizados) e apenas 1 teria educação universitária. De desnutrição 50 sofreriam, e 20 de obesidade, com 1 pessoa a ponto de morrer e outras prestes a nascer.

Em relação aos aspectos econômicos 80 pessoas viveriam em condições sub-humanas e 6 possuiriam 59% de toda riqueza da aldeia. Agora pasmem... todos os seis seriam nortes americanos. Lembrando que apenas 8 guardariam dinheiro em banco, carteiras e cofrinhos nessa aldeia e que apenas 25 teriam geladeira, roupa no armário, teto sobre sua cabeça ou um lugar fixo para dormir.

Pois é, apenas 1 teria um computador pessoal e assemelhado, e quanto à violência apenas 43 poderiam cultivar suas religiões sem passar por humilhações, torturas e 10 desses já experimentaram perigos de guerras, solidão de estar presos, agonia de serem torturados e aflições da fome.

É com esse pequeno choque de realidade que pretendemos iniciar as questões da Globalização e o profissional da Gestão da Informação. Na antiguidade possuíamos uma frase que "QUEM DETÉM A INFORMAÇÃO, DETÉM O PODER", mas para hoje ela se encontra completamente desatualizada e deveria ser escrita: "QUEM DETÉM A INFORMAÇÃO E SABE UTILIZÁ-LA, DETÉM O PODER".

Mas, para um mundo globalizado não basta utilizá-la é necessário gerenciar e comercializar. Assim o profissional globalizado do futuro é mais bem definido com a seguinte frase; "QUEM DETÉM A INFORMAÇÃO QUALIFICADA E SABE COMERCIALIZÁ-LA, DETÉM O PODER"

A seguir deixamos uma boa estória que ilustra de forma lúdica e divertida o que essa frase implica. Boa leitura.

O CONSULTOR DE INFORMAÇÕES

Era uma vez um pastor e suas ovelhas na beira da estrada.

Então veio passando uma Cherokee reluzente com um rapaz dentro: camisa Hugo Boss, tênis Nike importado etc.

A Cherokee para e o rapaz diz para o pastor da beira da estrada:

-Se eu adivinhar quantas ovelhas existem aí, o senhor me dá uma?

O pastor olhou para o rapaz, olhou para o monte de ovelhas pastando ao sol e disse: *Sim.*

O rapaz voltou para o carro, ligou o seu laptop, entrou num site da NASA, esquadrinhou a área, gerou um banco de dados, uns 50 gráficos em Excel, cheios de matrizes e determinantes, mais um relatório de 150 páginas impresso na sua mini impressora hightech. Virou-se para o pastor e disse:

-O senhor tem 1.343 ovelhas aí no pasto.

O pastor respondeu:

-O senhor acertou em cheio, pode pegar a sua ovelha.

O rapaz foi para o meio do pasto, pegou o animal e colocou-o na traseira da Cherokee.

Então o pastor disse:

-Moço, se eu adivinhar a sua profissão, o senhor me devolve a minha ovelha?

O rapaz respondeu:

-Certo.

O pastor disse prontamente:

-O senhor é consultor, não é ?

- Como o senhor adivinhou? Disse o rapaz.

É fácil, disse o pastor:

- Primeiro, o senhor veio aqui sem eu ter lhe chamado.

-Segundo, me cobra uma ovelha para me dizer o que eu já sabia.

-E, terceiro, não entende nada do meu negócio, pois pegou foi meu cachorro.

Megatendências

O termo aqui empregado nasceu na obra de John Naisbitt

Megatendências: as dez grandes transformações ocorrendo na sociedade moderna, da Editora Nova Cultural de 1987 e tem sido aplicado ao longo dos anos por diversos outros autores.

As megatendências para o III Milênio

As megatendências são grandes transformações que estamos observando nas últimas décadas do século passado e da primeira década deste século. Elas mostram a necessidade de olhar a sociedade sob diversas informações. A primeira é a evolução histórica a qual você acompanhou em uma pequena síntese nas nossas unidades de estudo; a outra é a realidade quântica apresentada no início desta unidade em contradição aos direitos fundamentais apresentados na última unidade.

As megatendências encontradas para o III Milênio são:

A. A EXPLOSÃO ECONÔMICA GLOBAL A PARTIR DA DÉCADA DE 90.

Em Janeiro de 1995, é criada a Organização Mundial do Comércio, e nessa década de 90 a China inicia seus acordos bilaterais com outros países, inicialmente com os tigres asiáticos e posteriormente com a Europa e o resto do mundo, que está mudando todas as formas de comércio e relações econômicas globais, com efeitos imprevisíveis e inesperados.

B. A EMERGÊNCIA DA ERA NATURALISTA.

Após décadas de pesquisas para dar conforto e facilidade à sociedade pós-moderna, muitas sociedades observam os efeitos nefastos deste estilo de vida, resgatando costumes naturais perdidos e recriando hábitos, trazendo as pessoas mais para as suas características biológicas e tentando realizar uma adaptação harmônica entre progresso e preservação ambiental e humana.

C. ESTILO DE VIDA GLOBAL.

Com a disponibilidade de um comércio internacional mais forte e elementos que possibilitam a comunicação mundial instantânea e aberta em diversos idiomas e cultural está ocorrendo uma aproximação de hábitos e costumes com conseqüente estilo de vida mais uniforme.

D. O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO ATIVA.

Esta é uma conquista efetiva da ciência. Com as vacinas desde antes do nascimento dos indivíduos e durante a sua primeira infância, a melhoria do acesso aos sistemas de saúde e comunicação, as gerações dos direitos fundamentais já estudados, entre outras causas, a população está envelhecendo proporcionalmente comparativamente a décadas passadas. É evidente que a qualidade deste envelhecimento é pobre, mas de um lado é considerado uma vitória e de outro lado um grande problema ou oportunidade.

E. A PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA.

A previdência social é uma conquista histórica dos trabalhadores na

estruturação dos Estados de Bem Estar Social, que evoluíram para os Estados Democráticos de Direitos deixando esta de herança para nossos atuais e futuros trabalhadores.

Contudo, o cálculo atuarial previa uma expectativa de vida dos trabalhadores, que está sendo superada a cada década (com o envelhecimento da população) e sem qualidade de vida desejada. Para os governos a única saída encontrada até o presente momento é a privatização total ou em parte da previdência social.

F. A ERA DO LAZER.

A famosa frase da música do Titãs, "a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte", foi praticamente hino das novas lutas por políticas sociais que não enchessem o povo com 'pão e circo', mas que contribuíssem para a formação de um povo autossuficiente, crítico e, principalmente, com seus hábitos, costumes, formas de interação e expressão, enfim a própria cultura.

G. A ERA DA BIOTECNOLOGIA E NOVAS TECNOLOGIAS.

"Biotecnologia define-se pelo uso de conhecimentos sobre os processos biológicos e sobre as propriedades dos seres vivos, com o fim de resolver problemas e criar produtos de utilidade." (ONU) Esta é uma decorrência da era naturalista e da busca de soluções dos problemas humanos por meio de processos biológicos.

H. RENASCIMENTO RELIGIOSO DO TERCEIRO MILÊNIO.

Quando as mudanças sociais são muito rápidas e imprevisíveis é natural o apego ao conhecimento místico para gerar um equilíbrio dentro do desequilíbrio, daí ser natural o apego religioso para este novo milênio.

I. A ERA DA COMUNICAÇÃO INSTANTÂNEA.

Esta é o anátema da sociedade pós-moderna. As pessoas desaprenderam a disciplina, paciência e o respeito pelo tempo das coisas em geral. Toda informação deve ser instantânea como preceito de qualidade, mesmo que não saiba o que irá fazer com ela, ou seja, temos que obter os dados imediatamente mesmo que não se transformem em informação. Toda a tecnologia está para acelerar a recepção, processamento, armazenamento, recuperação e transmissão dos dados, mas só isto gera informação? E esta informação gera conhecimento?

Assim, a pergunta que fica é: Esta comunicação instantânea gera conhecimento?

É bom lembrar do provérbio Hindu que diz: "Certamente os barcos ancorados no porto, estão mais seguros, mas para isso que foram construídos?"

J. A NOVA SOCIEDADE DE SERVIÇO.

Com a automação (mecatrônica) dos meios de produção agrícolas e

industriais, o destaque são as pessoas trabalhadoras das artes, pois as máquinas realizam apenas trabalhos de repetição, deixando para as pessoas a arte de harmonizar, equilibrar e decidir o que deve ser feito, principalmente o que não é de repetição.

K. A ERA DO AUTOCONHECIMENTO.

Esta disciplina já está apoiada nesta megatendência. A Educação a distância, o estilo de vida “faça você mesmo”, entre outros, reforçam isto, pois, com uma sociedade em constantes mudanças rápidas e inesperadas, é necessário que todos sejamos um pouco autodidatas.

L. A NOVA ONDA DO “FAÇA VOCÊ MESMO”.

Com base nas duas megatendências anteriores, ficará difícil qualquer pessoa encontrar outras pessoas que realizem serviços segundo suas vontades e possibilidade de pagamento. Não restará outra alternativa para todos a não ser de realizar os seus desejos por si mesmos.

M. O IMPÉRIO DAS EMPRESAS “SEM FINS LUCRATIVOS”.

Com o aumento da concorrência mundial as empresas deverão fatalmente deixar de remunerar seus capitalistas para reinvestir seus lucros em patrimônio, não mais distribuindo lucros. Os capitalistas precisarão trabalhar ou prestar seus serviços nas empresas que não mais irão distribuir lucros (sem fins lucrativos) por uma questão de sobrevivência.

N. A EXCELÊNCIA COMO PRÉ-REQUISITO –“A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO”.

Como a sociedade não é elemento estático, e a sociedade pós-moderna ou contemporânea está inserida num processo de mudanças rápidas e inesperadas, em que as novas tecnologias (principalmente de informação) geram novos paradigmas, um novo modelo de organização das sociedades e das empresas está surgindo, como um modo de desenvolvimento social e econômico em que a informação, como meio de criação de conhecimento, desempenha papel fundamental na produção de riqueza e na contribuição para o bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos.

O. ACESSÃO DAS MULHERES NA LIDERANÇA.

Esta megatendência é a mais elementar. Em uma sociedade do conhecimento, de autoconhecimento, comunicação instantânea, comércio e estilo de vida global, sendo as mulheres a maioria no mundo, é incontestável que durante o milênio que inicia (caso as megatendências não mudem) a maioria das lideranças mundiais de todas as sociedades e empresas sejam mulheres. Sejam bem-vindas ao mundo da Liderança.

Seção 2

A crise ecológica: o crescimento da população; riscos e impactos do desenvolvimento moderno sobre o meio ambiente. A sustentabilidade urbana.

A temática sobre a crise ecológica e o profissional da gestão da informação, fica entre a relação ética com os outros profissionais e o meio ambiente e esta na geração de um estado de cidadania. O Brasil é dono de uma das biodiversidades mais ricas do mundo, possui as maiores reservas de água doce e um terço das florestas tropicais que ainda restam, decorrente uma [política](#) e legislações ambientais atualizadas, mas insatisfatórias para inibir suas destruições.

O famoso físico Fritjof Capra disse que “não há como promover um desenvolvimento sustentável senão adaptado a cada bioma”. O Brasil possui sete [biomas](#): Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado, Caatinga, Campos Sulinos, Costeiro e Pantanal. Distinguir as passagens do desenvolvimento no mundo atual, implica conhecermos o bioma onde vivemos, lembrando que o ser humano que reside em uma determinada região também faz parte de seu bioma.

Veja a Lei nº 9795 de 27/04/1999 e o Decreto nº 4281 de 25/06/2002.

[Bioma](#) é conceituado como um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria.

Os biomas brasileiros são sinteticamente descritos em texto do material da [Professora Amélia Hamze](#) da seguinte forma:

A Mata Atlântica já foi a grande floresta costeira brasileira. Era também o mais rico bioma brasileiro em biodiversidade. Hoje é o mais assolado de nossos biomas. Restam aproximadamente 7% de sua cobertura vegetal. A Mata Atlântica abriga mais de 20.000 espécies de plantas, das quais 8.000 são endêmicas, ou seja, não existem em nenhum outro lugar do mundo.

A Amazônia é conhecida mundialmente como “Pulmão do Mundo” e “Planeta Água”, mas podemos dizer que ela é um grande ar condicionado do mundo. Está sempre em destaque em qualquer tema do mundo globalizado. A Amazônia é a maior porção de floresta tropical que ainda resta no planeta. Seu tamanho equivale ao dobro do território da Índia. A Amazônia guarda a maior diversidade biológica do planeta, atualmente ameaçada pela destruição.

O Cerrado é o mais antigo bioma brasileiro. É o nome regional dado às savanas brasileiras. A principal característica desse bioma se refere às estações climáticas, divididas em duas estações muito bem diferenciadas: a estação da seca e a estação das chuvas. Do Cerrado 57% já foram totalmente destruídos, e a metade do que resta já está muito comprometida.

O Pantanal é a maior planície inundável do planeta e apresenta uma das maiores concentrações de vida silvestre do mundo. No entanto, as queimadas, as derrubadas das árvores, as obstruções dos rios ameaçam sua existência. A sua integridade, portanto, está ameaçada por atividades humanas praticadas nas últimas três décadas.

Os campos da região sul do Brasil são denominados de pampas, termo indígena que significa região plana. Além dos grandes desmatamentos para o cultivo, existe ainda um forte domínio para o pasto e a técnica do fogo que não permitem o estabelecimento da vegetação arbustiva. Hoje se reconhece que abriga espécies raras de fauna e flora, animais endêmicos e outras tantas espécies desconhecidas pela ciência. O Pampa é composto fundamentalmente de gramíneas e herbáceas.

Existem processos desregrados de desenvolvimento econômico, que têm sido culpados por danos significativos na diversidade biológica, resultante da ocupação e destruição de ecossistemas pela ação do homem. O desafio a ser encarado é o do desenvolvimento de um padrão de consumo sustentável dos recursos naturais, que admita o desenvolvimento social e econômico da região, mas também a salvaguarda dos biomas. Porém, o sucesso de tal empreendimento só será possível com um novo olhar, construído mediante o envolvimento efetivo da concordância científica, da ação política, de atitudes e decisões assertivas dos administradores econômicos e das populações locais.



ATIVIDADE

Para concluir seus estudos leia o artigo sobre **ÉTICA AMBIENTAL E CRISE ECOLÓGICA: reflexões necessárias em busca da sustentabilidade**, de Nicole da Silva Paulitsch e Maria de Fátima Schumacher Wolkmer, disponível em <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/222/192>, e realize uma resenha de no mínimo uma lauda e no máximo cinco laudas, postando-a no ambiente virtual de aprendizagem Moodle.

REFERÊNCIAS

AMBAFRANCE, Embaixada da França no Brasil. "**Mariane.**" Disponível em: <[http:// www.ambafrance.org.br/14%20julho/marianne.html](http://www.ambafrance.org.br/14%20julho/marianne.html)>. Acesso em: 12/02/2008.

ARANTES, Antônio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

AUGÉ, Marc. **O Sentido dos outros**: atualidade da antropologia. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOAS, Franz; Celso Castro (Org.). **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BORNHEIM, Gerd A. **Dialetica**: teoria, práxis: ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da dialética. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Porto Alegre: Globo, 1987.

CAÑAS, José J.; WAERNS, Yonne. **Ergonomía cognitiva**. Madri: Panamericana, 2001.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1998.

CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CASAGRANDE, Jacir Leonir; AMORIN, Tade-Ane. **Sociologia**: livro didático. 1. ed. rev. Palhoça: UnisulVirtual, 2011.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Makron Books, 2000.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a rua**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1991.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

- DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Editorial Presença, 1989.
- ELIBIO Jr., Antônio Manoel; POYER, Viviani. **Antropologia cultural**: livro didático. 2. ed. rev. e atual. Palhoça: UnisulVirtual, 2008.
- FLORES, Maria Bernadete. **Oktoberfest**: turismo, festa e cultura na estação do chopp. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: José Olímpio, 1951.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIUMBELLI, Emerson. Para além do "Trabalho de Campo": reflexões supostamente malinowskianas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, 2002.
- GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1994.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LAGO, Fernanda. **Gente do Mar**: A produção de significados em uma comunidade pesqueira. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem, Unisul), 2006.
- LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva. In: **Revista Sociologia Política**, 14, 2000.
- LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 15. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra**. São Paulo: Perspectiva, 1983. 2 v.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural dois**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- LIMA, Fernando de Castro Pires de. **A arte popular em Portugal**: ilhas adjacentes e ultramar. Lisboa: Ed. Verbo, 2004.
- MARCONI, Maria de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria N. **Antropologia**: uma introdução. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- PACHECO, Leandro Kingeski *et al.* **Filosofia do direito**: livro didático. 1.

ed. rev. Palhoça: UnisulVirtual, 2011.

QUERIQUELLI, Luiz Henrique. **Ciência política**: livro didático. Palhoça: UnisulVirtual, 2010.

SANTOS, André Luiz. **História do direito**: livro didático. 2. ed. Palhoça: UnisulVirtual, 2011.

SILVA, Enio Waldir da. **Sociologia jurídica**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

TEDESCHI, Marcos Antonio. **Administração contemporânea**. Curitiba: OPET, 1998.

TEDESCHI, Marcos Antonio. Ergonomia: antropocentrismo versus teoria sistêmica. **Revista Fisioterapia Brasil**, Rio de Janeiro, p.1-177, mai/jun. 2002.

